

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELISA ELENA ESPINDOLA

**A EXPECTATIVA PROFISSIONAL DOS PERITOS CONTADORES DO ESTADO DE  
SANTA CATARINA.**

FLORIANÓPOLIS

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ELISA ELENA ESPINDOLA**

**A EXPECTATIVA PROFISSIONAL DOS PERITOS CONTÁBEIS DO ESTADO DE  
SANTA CATARINA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador Prof. Dr. Pedro José von Mehel.

**FLORIANÓPOLIS**

**2008**

**ELISA ELENA ESPINDOLA**

**A EXPECTATIVA PROFISSIONAL DOS PERITOS CONTÁBEIS DO ESTADO DE  
SANTA CATARINA.**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Valdirene Gaspareto

Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

---

Prof. Dr. Pedro José von Mecheln.  
Departamento de Ciências Contábeis

---

Prof. Dr. Luiz Alberton  
Departamento de Ciências Contábeis

---

Prof. Msc. Vladimir Arthur Fey  
Departamento de Ciências Contábeis

Florianópolis  
2008

Dedico este trabalho aos meus pais, Hécio e Denise, pelo amor incondicional e ao meu avô Rachildes Lúcio da Cruz (*in memoriam*) por todos os ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me presenteado com todas as ferramentas necessárias para que pudesse buscar meus objetivos.

Aos meus pais, pelo carinho, pela compreensão, pela paciência e pelos bons conselhos.

A minha família, meu alicerce, que me apóia e que me incentiva a ir em frente.

Ao tio Gabriel, não apenas pelo carinho, mas pelos exemplos de humanidade.

As amigas, Ana Paula, Francine, Grazi, Marisa, Monique e Sara, uma extensão da minha própria família.

Ao Léo, ao Fábio (*in memoriam*) e a Thati, por me mostrarem que posso superar meus próprios limites.

As amigas, Ana Paula, Bianka, Cintia, Suzana e Rafaella, pelo companheirismo, pelas risadas e pelo incentivo nos momentos difíceis.

Aos amigos que fiz na Secretaria de Estado da Segurança Pública e nos Correios, pela compreensão e pelos ensinamentos.

Aos colegas de trabalho do ensino a distância, Ailem, Aldeci, Aldo, Cláudio, Denize, Felipe, Fernando, Gabriele, João, Patrícia e Pierre, por me mostrarem que diante de toda dificuldade há a compensação.

Aos peritos contábeis que colaboraram com esta pesquisa e que se apresentaram, desde a primeira abordagem, muito solícitos.

Aos mestres que ao longo da vida acadêmica, ensinaram muito mais do que as disposições das Ciências Contábeis, em especial as professoras Bernadete e Elisete e os professores Alberton, Erves, Orion e Vladimir.

Ao professor e orientador Pedro, pela confiança, pelo comprometimento e pela dedicação despendida para a realização deste trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que, mesmo não aqui listadas, auxiliaram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos!

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto.”

Albert Einstein

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Modelo de planejamento para a perícia judicial.....	30
Quadro 02: Objetivos Específicos e Resultados da Pesquisa.....	68

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: Participação de homens e mulheres na composição da amostra.....	52
Figura 02: Distribuição dos peritos por faixa etária.....	53
Figura 03: Tempo que atuam como peritos.....	53
Figura 04: Distribuição dos peritos pelas regiões do Estado.....	55
Figura 05: Nível de formação acadêmica dos peritos.....	56
Figura 06: Conhecimento e prática do Código de Ética Profissional.....	57
Figura 07: Nível de capacitação em informática dos peritos.....	58
Figura 08: Nível de utilização dos recursos da internet pelos peritos.....	59
Figura 09: Efeitos da informática no exercício da profissão percebidos pelos peritos....	60
Figura 10: Áreas de atuação conciliadas à perícia.....	61
Figura 11: Principais motivos para atuação em outras áreas externas a perícia.....	62

Figura 12: Principais dificuldades enfrentadas no exercício da profissão pericial.....	62
Figura 13: Apontamentos sobre o processo de nomeação.....	63
Figura 14: Percepção da busca pelos serviços periciais nos últimos 5 (cinco) anos.....	64
Figura 15: Expectativa em relação ao futuro da atuação profissional do perito contábil.....	65
Figura 16: Nível de satisfação dos peritos.....	65



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

IASB – *International Accounting Standards Board*

NBC P – Normas Brasileiras de Contabilidade - Profissionais

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas

SESCON – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis

## RESUMO

ESPINDOLA, Elisa Elena. *A expectativa profissional dos peritos contábeis do Estado de Santa Catarina*. 77 p. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008.

A perícia contábil é um conjunto de procedimentos técnicos que, através das provas aceitas pela legislação vigente, busca apresentar de forma imparcial subsídios suficientes para que o objeto em litígio seja sanado. Seu trabalho conduz-se para o magistrado que o nomeou, se referenciado no âmbito judicial, ou para as partes interessadas, se extrajudicial ou arbitral, com o intuito de apresentar de forma clara e objetiva, circunstâncias técnicas específicas que excedem o conhecimento dos envolvidos. O profissional designado para elaborar um laudo pericial contábil deve ser bacharel em Ciências Contábeis e estar capacitado para tanto, em razão da especificidade que o trabalho requer. Dentro de toda a complexidade inerente ao exercício desta profissão, o objetivo desta pesquisa é verificar a expectativa que os peritos atuantes no Estado de Santa Catarina identificam para permanecerem no mercado de trabalho. Os resultados obtidos revelam que a grande maioria dos peritos concentra-se na região da grande Florianópolis, atua há mais de 6 (seis) anos nesta profissão e apresenta como nível de qualificação o bacharelado e a especialização. Encontram-se satisfeitos com o exercício desta atividade e percebem um aumento gradativo na busca pelos serviços nos últimos 5 (cinco) anos. Da mesma forma, alto índice projeta uma expansão da procura por este tipo de perícia. Os profissionais indicam como excelentes os efeitos da informática para a sua atuação e encontram-se capacitados para utilizar-se deste benefício. Quanto ao código de ética profissional, alegam conhecimento do seu conteúdo, bem como, sua prática. Apontam ainda, como principal entrave para a expansão de suas atividades, a falta de critérios específicos quando do processo de nomeação.

**Palavras-chave:** Expectativas Profissionais. Perícia Contábil. Peculiaridades da Profissão.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>X</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 METODOLOGIA .....	16
1.4.1 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	18
1.4.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	18
1.5 LIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	20
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	21
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
2.1 RETROSPECTIVA DA PROFISSÃO CONTÁBIL.....	22
2.1.1 A CONTABILIDADE NO BRASIL .....	23
2.1.2 O SURGIMENTO DAS PRÁTICAS PERICIAIS.....	25
2.2 PERÍCIA .....	26
2.2.1 PERÍCIA JUDICIAL .....	27
2.2.2 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL .....	28
2.2.3 PERÍCIA ARBITRAL.....	29
2.3 A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO.....	30
2.4 PROPOSTA DE HONORÁRIOS .....	32
2.5 PERITO CONTADOR E PERITO CONTADOR ASSISTENTE.....	34
2.5.1 PECULIARIDADES DA PROFISSÃO .....	35
2.6 LAUDO PERICIAL .....	37
2.6.1 CARACTERÍSTICAS DA PROVA PERICIAL .....	38
2.6.2 PARECER DO PERITO CONTADOR ASSISTENTE.....	40
2.7 ANÁLISE DOS PARÂMETROS ÉTICOS NA PERÍCIA .....	41
2.7.1 ERRO X FRAUDE .....	43
2.7.2 A MENSURAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS.....	44
2.8 EXIGÊNCIAS IMPOSTAS AOS PERITOS .....	46
2.8.1 O AVANÇO TECNOLÓGICO .....	48
2.8.2 NOVOS PADRÕES PARA O MUNDO GLOBALIZADO.....	49

<b>3 ANÁLISE DA EXPECTATIVA PROFISSIONAL DOS PERITOS CONTÁBEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>51</b>
3.1 RESULTADOS DA PESQUISA .....	51
3.1.1 DADOS PESSOAIS.....	52
3.1.2 DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS POR COMARCAS DO ESTADO.....	54
3.1.3 PERFIL PROFISSIONAL .....	55
3.1.4 ENQUADRAMENTO ÉTICO .....	57
3.1.5 INFLUÊNCIAS TECNOLÓGICAS .....	58
3.1.6 EXPECTATIVA PROFISSIONAL .....	60
<b>4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>67</b>
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
4.2 ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS PROPOSTOS .....	68
4.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	70
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>74</b>

# **1 INTRODUÇÃO**

Tanto o surgimento, quanto o desenvolvimento da profissão contábil, sempre esteve associado à expansão do comércio. Como no Brasil esse evento só se desenvolveu com a chegada da corte portuguesa, em 1807 e, na seqüência, com a abertura dos portos, a sua estruturação é ainda bastante recente.

A perícia somente é citada em 1939, no Código do Processo Civil e, mesmo assim, com pequenas referências. Sua regularização efetiva é feita no país apenas sete anos após, através da criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que define as atribuições do profissional, conforme o Decreto Lei 9.925/1946.

Com o advento da tecnologia e a modernização dos processos, o cenário econômico-financeiro se transforma ao longo dos anos e, permanece em constante metamorfose. Para continuar inserido no mercado, o profissional desse novo milênio tem que se adequar e, cada vez mais, se especializar na sua área de atuação.

É nesse contexto que se verificam as mudanças e as perspectivas do perito contábil e a evolução de suas principais atividades, competências e características normativas.

Para o desenvolvimento deste trabalho faz-se um retrospecto através de uma explanação do contexto histórico e, posteriormente, uma analogia com as expectativas profissionais do perito contábil face às circunstâncias elencadas.

## **1.1 TEMA E PROBLEMA**

A perícia contábil atua em um ambiente de litígios em que, na maioria das vezes, há um conflito de interesses entre as partes no que decorre o objeto da contabilidade, que é o patrimônio.

Sua principal finalidade é retratar de forma fidedigna, clara e imparcial as informações que lhe foram confiadas. Seu perfil profissional está diretamente relacionado à sua conduta ética e dela decorre a confiabilidade dos seus serviços.

A atuação desse profissional pode abranger a esfera judicial, através de nomeações dos magistrados, ou atuar na extrajudicial e arbitral, diretamente com as partes que o contrataram.

As transformações tecnológicas observadas ao longo do tempo, assim como em todos os demais segmentos, também atingem a forma de atuação na esfera pericial contábil, principalmente no que tange à velocidade e a interação ofertada pela troca de informações.

Manter-se em constante atualização é outro requisito fundamental para o bom exercício da profissão que, aliado as alterações tecnológicas, cada vez mais aceleradas e, as metamorfoses econômicas, formam o contexto em que este profissional está inserido.

O grande desafio que se apresenta para a sua atuação é justamente conseguir acompanhar essa evolução, aliado a uma conduta ética ilibada e conciliar com esses pontos à sua realidade profissional, para, em decorrência, se enquadrar nas especificidades exigidas e suprir as necessidades do mercado.

Através dessa análise, a presente pesquisa destina-se a responder a seguinte questão: Quais as perspectivas profissionais que os peritos contábeis têm identificado para permanecerem no mercado de trabalho?

## **1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA**

O objetivo geral desta pesquisa concentra-se na verificação da expectativa profissional dos peritos contábeis que já se encontram atuantes no mercado de trabalho.

Sendo assim, para alcançar os resultados da pesquisa, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar o desenvolvimento da profissão de perito contador, a sua definição, o contexto em que este profissional está inserido e as especificidades para a sua atuação;

- Identificar dados pessoais e distribuição dos profissionais por regiões do Estado;
- Definir o perfil profissional dos peritos contábeis;
- Verificar o enquadramento ético e as influências tecnológicas, frente ao exercício da profissão;
- Apontar os principais entraves para a expansão da profissão; e
- Averiguar a evolução da demanda de mercado pela busca dos serviços periciais contábeis, o nível de satisfação e a expectativa em relação ao futuro da atuação profissional.

### **1.3 JUSTIFICATIVA**

Estar bem preparado para o mercado concorrencial e conseguir um bom emprego são os maiores desafios da contemporaneidade. Não basta ter conhecimento técnico, é preciso estar atento às inovações e às áreas que podem agregar valores a profissão escolhida.

Uma das opções é a área aqui explanada, sendo uma especialização das Ciências Contábeis. Apresenta-se como um dos tipos de prova utilizados, tanto na esfera judicial, quanto na extrajudicial e na arbitral, como fonte de embasamento para uma tomada de decisão justa, frente a uma divergência.

Com a expansão do mercado, cada vez mais competitivo e exigente, principalmente no que se refere à qualificação dos profissionais, esta pesquisa destina-se a mostrar a perspectiva para a atuação na área de perícia contábil. Leva em conta, para tanto, o contexto em que está inserida, através da ótica de profissionais que já se encontram no mercado de trabalho.

Para a obtenção desta amostra, utilizou-se o cadastro disponibilizado pelo *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, pela acessibilidade, por ser um cadastro de alcance público, que atende a especificidade e a abrangência do tema em questão.

Diante do exposto, faz-se necessária uma pesquisa que venha a servir como um referencial para os que almejam atuar nesta área, tendo como parâmetro os resultados da análise aqui apresentados, que se baseiam nas manifestações externadas por profissionais já atuantes.

Além disso, também atende aos alunos e aos pesquisadores que tenham dúvidas a serem sanadas e interesse neste segmento das Ciências Contábeis, pela contribuição para a base teórica do tema, assim como, outras pessoas que, por ventura, busquem elementos para se nortear frente a este ambiente de mudanças.

#### **1.4 METODOLOGIA**

A Metodologia se faz necessária para esclarecer os procedimentos adotados na pesquisa. Conforme sugerido por Beuren (2003) optou-se por tipologias de delineamento de pesquisas agrupadas em três grupos: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

No que se refere à pesquisa, com foco principalmente nos objetivos relacionados a este estudo, caracteriza-se como descritiva.

Segundo Gil (1999), este tipo de pesquisa descreve as peculiaridades de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis, tendo como característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Em complemento, Andrade (2002) enfatiza que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem, contudo, haver a manipulação dos resultados pelo pesquisador.

No que se referem aos procedimentos, utiliza-se o método de levantamento ou *survey*, bibliográfica e participante. Justifica-se pela aplicação *survey*, tendo-se em vista que a pesquisa se desenvolve por intermédio da opinião dos profissionais atuantes em perícia contábil, possibilitado pela aplicação de um questionário. Segundo Gil (1999, p.70), essas pesquisas:

se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida,



mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

A pesquisa é classificada como participante, sendo definida por Silva e Grigolo (2002, *apud* RAUPP e BEUREN, 2003) como caracterizada pela interação entre os pesquisadores e os membros das situações investigadas, porém não é exigida uma ação por parte das pessoas ou grupos especificados na pesquisa. Os autores apontam ainda que o tema escolhido deve indicar, de partida, a fundamentação teórica que orientará uma pesquisa em que os indivíduos a serem observados passam a constituir, eles próprios, o objeto máximo do estudo.

Na seqüência, como forma de atender a fundamentação teórica observada por Silva e Grigolo (2002, *apud* RAUPP e BEUREN, 2003), classifica-se como bibliográfica por ser elaborada a partir de periódicos, livros técnicos, artigos, trabalhos científicos, monografias e por buscas pela internet que pudessem direcionar este trabalho ao tema definido e esclarecer os principais pontos que envolvem a prática da perícia e o contexto em que está inserida.

Quanto à abordagem adotada para o problema apontado por este trabalho, desenvolveu-se através dos tratamentos quantitativos e qualitativos.

Quanto à abordagem quantitativa, Richardson (1999, p. 70), afirma que:

caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde a mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

O autor destaca ainda sua importância ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas, na busca de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.

Já na abordagem qualitativa, Richardson (1999, p. 80), cita:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Através das abordagens apresentadas desenvolve-se esta pesquisa direcionando-se para o tema proposto.

#### **1.4.1 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS**

Optou-se pela aplicação de um questionário, constante no apêndice deste trabalho, para a captação de informações e desenvolvimento da pesquisa. Para Gil (1999 *apud* COLAUTO e BEUREN, 2003, p. 130), este método é definido como sendo “uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”.

Para a sua elaboração foram formuladas 17 (dezessete) questões, distribuídas entre abertas e fechadas, direcionando-se para a posterior análise do tema proposto. Deste total, 3 (três) das questões eram abertas, com o intuito de quantificar informações. As 14 (quatorze) restantes foram fechadas, com 4 (quatro) alternativas cada e, na ausência de um enquadramento das opções propostas, apresentou-se ainda, um espaço para a devida transcrição.

Colauto e Beuren (2003, p. 31), identificam esta referência aos tipos de questões, apresentando suas devidas definições:

As questões abertas, também chamadas de livres, são as que permitem ao informante responder livremente, usando sua própria linguagem e emitir opiniões se necessário.

Já as questões fechadas apresentam aos respondentes um conjunto de alternativas de respostas para que seja escolhida a que melhor evidencia a situação ou o ponto de vista do respondente.

O envio deste questionário foi feito por *e-mail*, no transcorrer de 1 (uma) semana, aos peritos listados no *site* do Tribunal de Justiça do Estado, após abordagem inicial feita por telefone. Salienta-se ainda que todos os peritos respondentes foram incluídos nesta pesquisa.

#### **1.4.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA**

A amostra foi delimitada a partir da população definida entre os peritos divulgados no *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a não existência de registro no órgão de classe ou disponibilidade de informações na associação profissional. Parte-se do pressuposto que estes peritos selecionados como

população têm relevância ao se considerar que tais profissionais efetivamente exercem a atividade objeto desta pesquisa.

Segundo Colauto e Beuren (2003, p. 120) “um estudo científico pode buscar a identificação dessas relações e seqüências repetitivas mediante estudo amostral, isto é, utilizando frações ou uma pequena parte dos elementos de um universo da pesquisa”.

Em complemento, a mesma fonte supracitada ainda afirma que nos processos investigatórios esta é uma conduta mais adequada “por apresentar custos reduzidos, maior rapidez, facilidade de controle e possibilitar uma análise mais exata”. Todavia, enfatiza-se da possível ocorrência de discrepâncias quando da projeção da amostra para o universo, conforme apresentado em Colauto e Beuren (2003, p. 121), uma vez que, “as amostras não eximem o investigador em incorrer em erros amostrais, por isso se recomendam técnicas adequadas de amostragens e, sempre que possível, usar um intervalo mínimo de confiança”.

Como forma de atender aos requisitos propostos acima, admitiu-se um erro máximo de 5% (cinco por cento), sendo a amostra deste universo pesquisado determina em 35,5% (trinta e cinco por cento e meio), como suficiente para representar a população.

Esta proporção partiu da base de cálculo apresentada por Stevenson (1981, *apud* RICARDINO, 2008, p. 5), conforme transcrita abaixo:

$$n = \frac{z^2 \cdot (x/n) \cdot [1 - (x/n)] \cdot (N)}{(N-1) \cdot e^2 + z^2 \cdot (x/n) \cdot [1 - (x/n)]}$$

Onde:

x = número de itens que apresentam determinada característica;

z = abscissa da distribuição normal padrão, fixado um nível de confiança;

(x/n) = proporção amostral (razão entre o número de itens que apresentam certa característica e o número total de observações);

e = erro máximo admitido;

N = tamanho da população; e

n = tamanho da amostra.

Caracteriza-se ainda em Stevenson (1981, *apud* RICARDINO, 2008, p. 5), que “o intervalo é máximo quando  $p = 0,50$ , decrescendo quando  $p$  aumenta ou diminui em razão do efeito sobre o produto  $p$  por  $(1 - p)$ . De fato, sob condições de completa incerteza, pode-se admitir inicialmente  $p = 0,50$ , o que revelará a maior quantidade de elementos possível”.

Tendo como base esses conceitos apresentados pelo autor, obtêm-se a proporção de 35,5% (trinta e cinco por cento e meio), como representativa, da seguinte forma:

Sendo:

$n$  = quantidade buscada

$z = 2$  (referente ao nível de confiança definido em 95,5%)

$(x/n) = 0,50$

$[1-(x/n)] = 0,50$

$N = 55$

$e = 0,10$

Então:

$$n = \frac{2^2 \cdot (0,50) \cdot [1-(0,50)] \cdot 55}{(55-1) \cdot 0,10^2 + 2^2 \cdot (0,50) \cdot [1-(0,50)]}$$

$$n = \frac{55}{1,54} = 35,71\%$$

## 1.5 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

A primeira limitação desta pesquisa é decorrente da população amostral analisada se restringir ao Estado de Santa Catarina, entre os peritos listados no cadastro disponibilizado pelo *site* do Tribunal de Justiça deste Estado.

Os resultados direcionam-se ainda ao número de respondentes do questionário enviado, sendo a análise decorrente desta amostra. Com base no que foi apresentado

pelos colaboradores desta pesquisa, seguiram-se observações imparciais, a fim de retratar com fidedignidade a realidade em questão.

## **1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

O presente trabalho está estruturado em quatro partes.

Na primeira consta uma introdução ao estudo do tema, assim como, o problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa e a metodologia adotada para compor a pesquisa e as suas limitações.

A segunda parte apresenta a fundamentação teórica que servirá de embasamento para a abordagem do assunto em tela. Apresenta os conceitos, o desenvolvimento histórico e demais aspectos que se relacionam a prática da profissão pericial e ao perito, esclarecendo o contexto em que está inserido.

Na terceira parte está inserida a coleta de dados obtidos através da aplicação de um questionário encaminhado aos peritos por *e-mail*, bem como a sua análise e interpretação.

Para finalizar a presente pesquisa, apresentam-se as conclusões, as sugestões para trabalhos futuros e às referências que possibilitaram a realização desta monografia.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta parte caracteriza-se pela explanação das características relacionadas ao profissional e as suas peculiaridades, proporcionando assim, um embasamento teórico para a posterior análise dos dados.

A princípio com uma pequena retrospectiva da profissão contábil, juntamente com a apresentação de conceitos e objetivos da perícia, do perito e do laudo, bem como, a importância da apresentação de informações fidedignas, seguindo os parâmetros éticos e as exigências que são impostas aos peritos contadores.

### **2.1 RETROSPECTIVA DA PROFISSÃO CONTÁBIL**

Antes mesmo que o homem soubesse escrever e calcular, historiadores apontam à existência da escrituração de contas, todavia, não há uma exatidão quanto à origem da Contabilidade. Aponta-se que já havia a preocupação em mensurar a riqueza desde 4.000 anos antes de Cristo, sendo os registros feitos de modo rudimentar, preocupando-se basicamente com o controle. Aspecto abordado por Ludícibus e Marion (2007, p. 30):

Aqui entra a função da Contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem naturalmente é ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4.000 anos antes de Cristo.

Os autores ainda afirmam que, partindo-se a hipótese da origem da Contabilidade aos 4.000 anos antes de Cristo, apenas 5.500 anos após é que esta ciência atinge um nível de desenvolvimento notório, fase esta caracterizada como pré-científica.

Na Idade Média, as partidas dobradas se consolidaram, atribuindo-se o primeiro livro impresso, que continha esta abordagem, ao Frei Luca Pacioli (SÁ, 1995). No mercantilismo, foi utilizada como instrumento para controle de estoques e avaliação de resultados e, na industrialização, inseriu-se inovações no processo produtivo. Após a Revolução Industrial, passou a debater-se sobre capital, resultado e valor e, em

decorrência, os bancos foram surgindo para viabilizar tamanha demanda (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

Por volta de 1920, com a ascensão econômica dos Estados Unidos, como a atual potência, Ludícibus e Marion (2007), apontam que o mundo contábil converge para os padrões deste país, dando origem a Escola Contábil Norte-Americana.

Com o avanço da globalização a Contabilidade insere em seu contexto de informações, temas culturais, sociais e ambientais. Hoje se vive na era do conhecimento, na qual os computadores deixaram de representar uma novidade. Esta constatação foi listada por Marion (1984, p. 26):

Entendemos que o profissional preparado para fazer a contabilidade está com seus dias contados. Principalmente os estudantes que agora estão ingressando em uma faculdade de Ciências Contábeis devem ser preparados no sentido de interpretar, entender, analisar os relatórios contábeis, tirar conclusões úteis para assessorar as tomadas de decisões.

A área de atuação, para aqueles profissionais conservadores, que se limitam a fazer os lançamentos e apresentar os demonstrativos exigidos, está cada vez mais adstrita. O mercado exige a transformação desses dados em informações úteis aos seus usuários.

### **2.1.1 A CONTABILIDADE NO BRASIL**

Em conformidade com os padrões mundiais, a contabilidade no Brasil teve progressos lentos. De acordo com Peleias e Bacci (2004), apontam-se neste item as principais ocorrências no processo contábil nacional.

A movimentação que surgiu em todo o mundo com o processo de desenvolvimento da Contabilidade tomou maior projeção no Brasil a partir do século XIX, sobretudo pela chegada da Família Real.

Os autores apresentam que foi com o Código Comercial do ano de 1850, que se instituiu o uso das partidas dobradas e a escrituração contábil anual das empresas. Em 1860, a Lei 1.083, corrige alguns pontos e obriga a publicação dos demonstrativos e o seu envio ao Governo. Foi esta a primeira exigência quanto à uniformização e, em

complemento, também permitiu a elaboração de séries históricas, análise comparativa e o exame de resultados ao longo do tempo.

Na seqüência abordam que algumas alterações seguiram com os Decretos Leis 2.416 e 2.627, ambos de 1940. Este abrange as empresas de capital aberto, a avaliação do ativo, o custo histórico, a amortização e a concepção da reserva legal como forma de preservar o capital e; aquele com regras aos Estados e aos Municípios, para uso de balanços orçamentários e com normas financeiras para os recursos públicos.

Colocam ainda que em 1946, é promulgado o Decreto Lei 9.295, criando o CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's), que atuam na fiscalização, na definição e na regulamentação de normas e procedimentos, além de definirem e efetuarem o recolhimento das taxas relativas ao registro do exercício profissional.

Atualmente a contabilidade brasileira vive mais uma ruptura, tendo-se em vista que a princípio a lei das sociedades anônimas, Lei 2.627, era influenciada pela escola italiana e que; após, com a Lei 6.404/1976, só mudou o foco e convergiu para a norte-americana. Agora, com a Deliberação nº 488 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com o Projeto de Lei 3.741/2000, passa a ter como base os padrões internacionais instituídos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Este processo é uma reformulação da Lei 6.404/1976 e aspira assumir a tendência internacional, aumentando a transparência e flexibilizando as normas, para, em decorrência, auxiliar na modernização de pontos específicos que podem ser regulamentados por órgãos competentes como a CVM.

No mesmo segmento, apresenta-se a Lei 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007 e com vigência a partir do primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente, que “altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras”.

As deliberações advindas dessa Lei apresentam, mais uma vez, a tendência aos padrões internacionais. Alguns dos impactos advindos da sua implementação é a permuta da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) como demonstrativo obrigatório, em detrimento da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e;



a inclusão de contas do ativo permanente, em contrapartida a conta de bens intangíveis e Patrimônio Líquido, em contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial.

### **2.1.2 O SURGIMENTO DAS PRÁTICAS PERICIAIS**

Desde que os homens adotaram hábitos sedentários e começaram a viver em grupos, aceitando a submissão a um líder, que essas práticas foram se desenvolvendo. Na figura desse ser supremo que intermediava situações conflitantes e impunha normas com o pretexto de permear o bom convívio, agregava-se a atuação do perito, do legislador e do executor. Com o acúmulo de funções centralizadas desta forma, era comum elevar-se ao interesse e a supremacia de poucos.

Conforme explanado por Alberto (2002), a proposta de um interventor, uma figura que atuasse como árbitro nos conflitos existentes, foi observado de forma primitiva na Índia. A representação deste árbitro era feita por uma pessoa escolhida pelas partes interessadas, para exercer a função de perito e de juiz conjuntamente. Já o direcionamento para a atuação do perito, mais especificamente, tem sua origem no primitivo direito Romano, seguindo com a agregação de funções exercidas pelo árbitro.

Esta abordagem também é apresentada por Buosi (1993, *apud* SILVA, 2005, p.20), conforme segue:

Os primeiros vestígios da perícia começaram a reaparecer a partir do século XI, e isso em decorrência do ressurgimento dos princípios do Direito Romano e da influência da Igreja, e a função do perito foi se tornando, gradualmente, mais reconhecida e admitida como necessária.

Em decorrência da maturidade normativa e das próprias exigências impostas pelo desenvolvendo da humanidade e, por conseqüência, dos eventuais conflitos de interesses, o poder centralizado, que se mantinha ligado aos antigos líderes, foi se dissipando. Aos poucos foram se separando as funções que, até então, eram confiadas à figura do árbitro e, principalmente com a evolução do mundo ocidental, ocorreu a ruptura definitiva da cátedra de peritos e de juízes.

No que tange a realidade brasileira, verifica-se a primeira citação, no que se refere à perícia contábil, explicitada no Código de Processo Civil, de 1939. Abordava

basicamente os exames periciais quando se admitia que uma prova de fato fosse dependente de conhecimento especial (HOOG e PETRENCO, 2004). Todavia, foi somente em 1946, com o Decreto Lei 9.925 e, com a construção do CFC, que foram incorporadas ao país as práticas periciais de forma mais definida.

## 2.2 PERÍCIA

Em decorrência de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, a perícia contábil se restringe aos que possuem diploma universitário em Ciências Contábeis, devidamente inscritos no respectivo Conselho Profissional. A prática dessa função por profissionais não capacitados e fora dos padrões mencionados, pode acarretar nulidade da prova pericial contábil. (SILVA, 2005)

Hoog e Petrenco (2004, p. 43), apresentam a seguinte definição:

O termo perícia vem do latim *peritia*, que significa conhecimento adquirido pela experiência, já utilizado na Roma Antiga, onde se valorizava o talento do saber. Assim sendo, podemos conceituar a perícia como um serviço especializado, com bases científicas, contábeis, fiscais e societárias, à qual exige formação de nível superior, e deslinda questões judiciais e extrajudiciais.

Em complemento, Alberto (2002, p. 48) apresenta a perícia contábil como “um instrumento técnico-científico de constatação, prova ou demonstração, quanto à veracidade de situações, coisas ou fatos, oriundos das relações, efeitos e haveres que fluem do patrimônio de quaisquer entidades.”

Segundo consta nos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade voltadas a Auditoria e Perícia – NBC T 13 – da Perícia Contábil (CFC, 2003, p. 267), item 13.1.1, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC 858/1999, observa-se:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

Justamente por exigir uma carga elevada de procedimentos técnicos, faz-se necessário à utilização de profissional habilitado para tanto, uma vez que, a derradeira conclusão do trabalho auxiliará no desfecho de uma discordância existente entre as

partes e, a real finalidade, é que nenhuma delas se sinta prejudicada, mas sim, satisfeita com um resultado justo e fiel a realidade em questão.

A NBC T 13, do Conselho Federal de Contabilidade, em seu item 13.1.2, estabelece que a perícia contábil pode abranger o campo judicial, o extrajudicial e o arbitral, sendo todos os três de competência exclusiva do perito-contador e do perito-contador assistente, devidamente registrados no respectivo CRC, podendo ser nomeados em juízo, contratados pelas partes ou escolhidos na arbitragem. (CFC,2003)

### **2.2.1 PERÍCIA JUDICIAL**

Este tipo de perícia se estabelece no âmbito do Poder Judiciário, através da nomeação do perito pelo juiz responsável, para o auxílio no processo decisório através das provas apresentadas. A atuação desse profissional é imperativa para transformar os dados técnicos expostos em informações pertinentes as inquiuições do magistrado, uma vez que, este não dispõe de conhecimento específico para interpretá-los.

Em decorrência do exposto, considera-se a prova pericial diretamente relacionada à capacitação profissional e, como forma de embasamento, apresenta-se, na Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, no artigo 145, devidamente atualizado pela Lei 8.952/1994, a sua fundamentação:

Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art.421.

§ 1º - Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, Seção VII, deste Código.

§ 2º - Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

§ 3º - Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.

Abrange as Varas Criminais – fraudes e vícios contábeis, adulterações de registros, inquéritos judiciais para efeitos penais (...); Cíveis – avaliação de patrimônio incorporado, busca e apreensão, estimativa de bens penhorados (...); de Falências e Concordatas – falimentares em geral e concordatas preventivas, suspensivas; da Fazenda Pública e Execuções Fiscais –tributos em geral; da Família – avaliação de

pensão alimentícia, bens patrimoniais (...); além da Justiça do Trabalho – indenizações e litígios – e da Federal – execuções fiscais e demais ações que envolvem a União. (HOOG e PETRENCO, 2004)

Cabe ao perito a adequada identificação de como atingir o pleno alcance da realidade, com o intuito de atender as necessidades do magistrado que o nomeou delimitando a sua atuação aos fatos decorrentes do objeto do trabalho, executando os procedimentos conforme admitidos na legislação em vigor.

### **2.2.2 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL**

Está inserida num contexto de conflitos que envolvem interesse coletivo, cuja matéria não decorre da intervenção do Poder Judiciário, sendo utilizada tanto para obter juízo imparcial quanto para elucidar tecnicamente uma questão em que há discordância.

Conforme definição de Alberto (2002), “é realizada por necessidade e escolha de entes físicos e jurídicos particulares, não submetíveis a outra pessoa encarregada de arbitrar a matéria conflituosa”, pois isso constitui a outra forma de perícia, que será abordada na seqüência.

Analisa os casos de fusão, cisão ou incorporação; medidas administrativas, como por exemplo, a responsabilidade dos gestores quando da administração e retorno de capital e, apuração da eficiência na gestão dos estoques; além da reavaliação do ativo permanente e patrimônio líquido. (HOOG e PETRENCO, 2004)

Em complemento ainda, MAGALHÃES *et al* (1995), afirma a importância nestes casos, da averiguação do sistema contábil, dos livros e dos documentos, pois, é a partir deste ponto que se fará a sustentação teórica do trabalho.

### 2.2.3 PERÍCIA ARBITRAL

É uma forma de solução de conflitos, prevista pela Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que pode ser utilizada quando se está diante de um impasse decorrente de um contrato, sendo elaborada no juízo arbitral, em instância decisória, e criada pela vontade das partes, assim apresentado nos artigos 1º e 2º, desta Lei, conforme segue:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

§ 2º Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

A supracitada Lei outorga às pessoas capazes de contratar o poder de valer-se da arbitragem para resolver litígios que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, podendo, instituir o chamado procedimento arbitral, tudo devidamente acertado através da convenção de arbitragem, descrita em cláusula ou pelo compromisso arbitral.

O compromisso arbitral, segundo consta na Lei 9.307/1996, em seu artigo 9º, “é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial”. Especifica ainda, os procedimentos para os tipos apresentados nos parágrafos:

§ 1º O compromisso arbitral judicial celebrar-se-á por termo nos autos, perante o juízo ou tribunal, onde tem curso a demanda.

§ 2º O compromisso arbitral extrajudicial será celebrado por escrito particular, assinado por duas testemunhas, ou por instrumento público.

Diante da abertura legal, vários segmentos da indústria, do comércio e das associações, formaram câmaras de juízo arbitral, onde há grande incidência de questões periciais contábeis, sendo, neste caso em especial, admitido que a figura do juiz seja exercida pelo próprio perito. (HOOG e PETRENCO, 2004)

## 2.3 A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Evidencia-se neste item a importância de um planejamento prévio à execução do trabalho do perito e, conforme apresenta a Resolução CFC 1.021/2005, através da NBC T 13.2, apontam-se os fatores que devem ser considerados para a elaboração do planejamento, bem como, o seu conteúdo. Sua principal finalidade é organizar as etapas de atuação e evitar contratempos futuros, provisionando as ocorrências possíveis e os aspectos a serem observados quando do desempenho do profissional.

Antecede a parte prática visando à otimização dos resultados, com uma precedente através de roteiros e métodos pré-estabelecidos, para determinada circunstância. Conforme apresentado no item NBC T 13.2.1.2, é a etapa em que os profissionais estabelecem os procedimentos gerais dos exames a serem executados, elaborando-o a partir do exame do objeto da Perícia.

A partir da identificação do objeto para o qual o trabalho pericial se destina, o perito deve se ater a ele, buscando a devida fundamentação para que o litígio em questão seja solucionado.

Para se atingir um bom resultado, através do planejamento da perícia, lista-se alguns itens que são sugeridos pela supracitada Resolução:

ATIVIDADES	AÇÕES	TEMPO		PRAZO	
		Estimado	Real	Estimado	Real
Carga ou recebimento de processo	Após receber a intimação do Juiz, quando for o caso, retirar o Processo do Cartório/Vara.	h	h	xx	xx
Leitura do processo	Conhecer detalhes acerca do objeto da perícia, realizando a leitura e o estudo dos autos.	h	h	xx	xx
Aceitação ou não da perícia	Após estudo e análise dos autos, constatando-se que há impedimento, não havendo interesse do perito ou não estando habilitado para fazer a perícia, devolver o processo justificando a escusa.	h	h	xx	xx
	Aceitando o encargo da perícia, proceder ao planejamento.	h	h	xx	xx
Proposta de honorários	Com base na relevância, no vulto, no risco e na complexidade dos serviços, entre outros, estimar as horas para cada fase, considerando ainda a qualificação do pessoal que participará dos serviços, o prazo para entrega dos trabalhos e a confecção de laudos interpersonais.	h	h	xx	xx
Assistentes técnicos	Uma vez aceita a participação do perito-contador assistente, ajustar a forma de acesso deste aos trabalhos.	h	h	xx	xx
Diligências	Com base no conteúdo do processo e nos quesitos, preparar o(s) Termo de Diligência(s) necessário(s).	h	h	xx	xx

Viagens	Programar as viagens quando necessárias.	h	h	xx	xx
Pesquisa de Legislação	Com base no conteúdo do processo, definir as pesquisas, os estudos e o catálogo da legislação pertinente.	h	h	xx	xx
Programa de Trabalho	Exame de documentos pertinentes à perícia.	h	h	xx	xx
	Exame de livros contábeis, fiscais, societários e outros.	h	h	xx	xx
	Análises contábeis a serem realizadas.	h	h	xx	xx
	Entrevistas vistorias, indagações, investigações e captação de informações necessárias.	h	h	xx	xx
	Laudos interprofissionais e pareceres técnicos.	h	h	xx	xx
	Cálculos, arbitramentos, mensurações e avaliações a serem elaborados.	h	h	xx	xx
	Preparação e redação do laudo pericial.	h	h	xx	xx
Revisões técnicas	Proceder a revisão final do laudo para verificar eventuais correções, bem como verificar se todos os anexos citados no laudo estão na ordem lógica e corretamente enumerados.	h	h	xx	xx
Prazo suplementar	Diante da expectativa de não concluir o laudo no prazo determinado pelo juiz, requerer por petição prazo suplementar.	h	h	xx	xx
Entrega do Laudo Pericial Contábil	Devolver os autos do processo e peticionar requerendo a juntada do laudo e levantamento ou arbitramento dos honorários. Havendo necessidade de prazo suplementar, deve-se solicitá-lo antes do vencimento do primeiro prazo e replanejar os trabalhos.	h	h	xx	xx

**Quadro 01: Modelo de planejamento para a perícia judicial**  
Fonte: Resolução CFC nº 1.021, que aprova a NBC T 13.2, 2005.

Os procedimentos podem variar independente do tipo de perícia que está sendo considerada. O conhecimento da dimensão e do direcionamento que determinado caso requer é imprescindível para a obtenção do enquadramento legal e suas especificidades, das diligências que serão necessárias, da equipe de trabalho, do tempo médio despendido para a sua realização e entrega no prazo delimitado e, por consequência, do valor cobrado para os seus honorários.

Além desses fatores, quando se tratar de assunto que exija especificação técnica externa as ciências contábeis, o perito pode utilizar dos serviços de profissionais habilitados para tanto. (Alberto, 2002)

## 2.4 PROPOSTA DE HONORÁRIOS

Entende-se por honorário a remuneração devida aos peritos contadores e peritos contadores assistentes em contra partida a sua prestação de serviço. O conteúdo apresentado nas Normas Profissionais do Perito, constante na Resolução CFC 857/1999 (CFC, 2003, p. 107), em seu item NBC P 2.5.1, esclarece quais aspectos devem ser considerados neste item, conforme segue:

O perito-contador e o perito contador assistente devem estabelecer previamente seus honorários, mediante avaliação dos serviços, considerando-se entre outros fatores:

- a) a relevância, o vulto, o risco e a complexidade dos serviços a executar;
- b) as horas estimadas para realização de cada fase do trabalho;
- c) a qualificação do pessoal técnico que irá participar da execução dos serviços;
- d) o prazo fixado, quando indicado ou escolhido, e o prazo médio habitual de liquidação, se nomeado pelo juiz;
- e) a forma de reajuste e de parcelamento, se houver;
- f) os laudos interprofissionais e outros inerentes ao trabalho; e
- g) no caso do perito-contador assistente, o resultado que, para o contratante, advirá com o serviço prestado, se houver.

Sua regulamentação legal está contida na Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, em seus artigos 33 e 585, sendo a redação deste atualizada pela Lei 5.925/1973. Ambos seguem devidamente transcritos abaixo:

Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária.

Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:

VI - o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.

O valor da cobrança é decorrente da análise feita dos eventos e da abrangência que envolve o litígio e do trabalho que necessitará ser elaborado para a sua elucidação. Para Hoog e Petrenco (2004), é uma parte delicada do processo, principalmente no que tange ao relacionamento com o seu cliente, por apresentar às partes ou ao juízo a estimativa de seus serviços, podendo acarretar questionamentos, caso o orçamento



exceda o estimado. Diante da impugnação dos valores, o perito deve justificar minuciosamente os itens que considerou para chegar ao montante sugerido.

Como base para a avaliação da proposta de honorários, o perito tem uma tabela de preços que está relacionada com a hora técnica trabalhada, constante no Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis – SESCON, da Grande Florianópolis. Através de uma estimativa das horas que devem ser despendidas até a conclusão do trabalho em questão e, multiplicando-o pelo valor da hora constante na referida tabela, encontra-se o valor a ser cobrado para a produção do laudo pericial. Com dados referenciados pelo custo contábil 2006/2007, considerados pelo SESCON, da Grande Florianópolis, tem-se os valores de R\$ 163,07 (cento e sessenta e três Reais e sete centavos) por hora para o perito e R\$ 68,03 (sessenta e oito Reais e três centavos) por hora para o perito assistente.

Após aprovação da proposta de honorários, o profissional tem a sua remuneração garantida por depósito prévio, se no âmbito judicial em conta específica, parcelada durante a realização do trabalho ou apenas quando de sua conclusão. (SILVA, 2005)

A NBC P 2.5.2.3, ainda ressalta que, quando se tratar de nomeação, o perito contador pode requerer a complementação dos honorários, caso o valor previamente depositado seja insuficiente. Na sequência, NBC P 2.5.4, acrescenta que o profissional pode requerer o custeio de suas despesas atreladas ao seu deslocamento para a realização da perícia fora da comarca em que ocorreu a nomeação.

Os honorários dos peritos contadores assistentes podem ser negociados com mais flexibilidade, já que depende apenas do consentimento da parte interessada pelo serviço. Sugere-se, contudo, que, assim como no âmbito extrajudicial e arbitral, os parâmetros delimitados sejam acordados por contrato, seguindo as mesmas diretrizes da proposta do perito, sendo que, na segunda via deve conter o “de acordo” da parte contratante. (HOOG e PETRENCO, 2004)

## 2.5 PERITO CONTADOR E PERITO CONTADOR ASSISTENTE

O perito deve ser bacharel em Ciências Contábeis, possuir registro no respectivo Conselho Regional e ter conhecimento suficiente para sanar os pontos que estão sendo divergentes entre as partes. Deve estar capacitado para o exercício da profissão, em razão da especificidade que o trabalho requer, conforme apresentado na Resolução CFC 857/1999 (CFC, 2003, p. 105), através da NBC P 2.1.1:

Perito é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.

Sua finalidade é apresentar ao magistrado que o nomeou, se referenciado no âmbito judicial, ou as partes, no caso de extrajudicial e arbitral, subsídios suficientes para a tomada de decisão, não fazendo julgamento, mas explicitando a realidade, utilizando para isso uma linguagem clara e objetiva. (SILVA, 2005)

No caso de ser nomeado em juízo, cabe ao perito aceitar a incumbência ou eximir-se do dever, se impedido para tanto, apresentando a devida justificativa. O artigo 422, da Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, com sua redação devidamente atualizada pela Lei 8.455/1992, ainda prevê que o perito deve cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi confiado, independente de termo de compromisso. Já os peritos assistentes, por serem profissionais de confiança das partes, não estão sujeitos a impedimentos ou suspeições.

Ainda com base na mesma fonte legal, agora em seu artigo 33, a remuneração é paga pela parte que requereu a prova ou pelo autor quando determinado pelo Juiz, salvo especificações descritas em Lei, como em caso de falecimento. Já no que tange ao encargo previsto ao perito assistente, a remuneração é paga pela parte que o indicou, por ser profissional de confiança, proporcionando maior credibilidade dos elementos apresentados ao litigante.

O artigo 147, do Código de Processo Civil, respaldado pela Lei 5.869/1973, determina:

O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer.

Ressalta-se ainda que, o perito contador e o perito contador assistente têm responsabilidade ilimitada pelo teor das informações por eles apresentadas, cabendo a sua respectiva responsabilidade pela omissão da verdade nos autos, bem como, as penalidades cabíveis quando da apresentação de fatos que não são condizentes com a realidade. (HOOG e PETRENCO, 2004)

### **2.5.1 PECULIARIDADES DA PROFISSÃO**

A princípio, há uma equiparação, quanto ao disposto na Resolução 857/1999, que aprova a NBC P 2, e, por sua vez, define as normas do profissional perito, para o nomeado pela justiça e o assistente indicado pelas partes, no que se referem as suas atribuições e as responsabilidades. Todavia, há uma divergência se analisado o Código de Processo Civil, que confere apenas ao perito contador a apresentação de motivos de impedimento ou recusa. (HOOG e PETRENCO, 2004)

Quanto ao processo de escolha para a nomeação, indicação ou contratação do profissional, deve-se avaliar o reconhecimento da capacidade e a honorabilidade do perito contador. Quando o perito nomeado defrontar-se com situação em que acredita que sua imparcialidade pode ser posta a prova, por ser interessado, amigo ou parente de uma das partes, por exemplo, ou mesmo quando não se achar apto, deve imediatamente notificar o juiz.

Se houver a recusa, por estado de saúde ou o profissional não conferir as especificidades exigidas, por exemplo, deve este formalizar a ocorrência por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua intimação, conforme prevê o artigo 423, da Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, cuja redação apresenta-se devidamente atualizada pela Lei 8.455/1992.

As responsabilidades listadas ao perito abrangem a sua competência técnica, bem como, a sua consciência ética, social, moral, civil e penal, devendo este estar ciente dos encargos que lhe são conferidos e as penalidades aplicadas diante dos desvios de condutas.

Em caso de morte, existindo indenização pendente por ter causado dano a uma das partes, em decorrência da execução do seu serviço, “a herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube”, compromisso constante no artigo 1.997, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, complementando-se com os parágrafos que seguem:

§ 1º Quando, antes da partilha, for requerido no inventário o pagamento de dívidas constantes de documentos, revestidos de formalidades legais, constituindo prova bastante da obrigação, e houver impugnação, que não se funde na alegação de pagamento, acompanhada de prova valiosa, o juiz mandará reservar, em poder do inventariante, bens suficientes para solução do débito, sobre os quais venha a recair oportunamente a execução.

§ 2º No caso previsto no parágrafo antecedente, o credor será obrigado a iniciar a ação de cobrança no prazo de trinta dias, sob pena de se tornar de nenhum efeito a providência indicada.

O profissional tem total liberdade para buscar subsídios que fundamentem as suas conclusões, conforme lhe confere a Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, no constante ao artigo 429.

Para o desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizarem-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como, instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.

Com o surgimento da Resolução CFC 857/1999, revogou-se a obrigação do profissional contábil nomeado pelo juiz, manter contato com o indicado pelas partes, devendo este reportar-se aquele. Da mesma forma, foi possibilitado o avanço dos trabalhos pelo perito sem o devido acompanhamento do assistente, inviabilizando a finalidade pelo qual este foi indicado.

Outro fator decorre do cumprimento dos prazos pelo perito assistente para apresentar o parecer divergente, uma vez que, se inicia com a entrega do laudo pelo perito contador, até os 10 (dez) dias subseqüentes. A sua especificação legal, está no artigo 433, da Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, bem como as atualizações posteriores a sanção do texto original, conforme segue:

Art. 433. O perito apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento. (Redação dada pela Lei nº 8.455, de 24.8.1992)

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo.(Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001)

Como o assistente não é intimado, somente as partes, torna-se sua incumbência a observância da conclusão da perícia, bem como, de sua entrega ao Juiz.

## 2.6 LAUDO PERICIAL

Sua regulamentação legal foi atualizada em 2005, através da Resolução CFC 1.041, de 26 de agosto do referido ano, aprovando a NBC T 13.6, que trata especificamente sobre o laudo pericial contábil, revogando as disposições em contrário.

O item NBC T 13.6.2.1, apresenta:

O Laudo Pericial Contábil deverá ser uma peça técnica, escrita de forma objetiva, clara, precisa, concisa e completa. Ainda, sua escrita sempre será conduzida pelo perito-contador, que adotará um padrão próprio, como o descrito no item Estrutura.

Observa-se ainda que o laudo é o meio pelo qual o perito apresenta os fatos apurados, com limitação ao objeto da perícia, constituindo a prova que auxiliará para o desfecho do litígio, integrando, inclusive, um dos tipos de prova judicial definidos no Código Civil. Santos (1949, *apud* ORNELAS, 2000, p. 88) observa que o laudo “consiste na fiel exposição das operações e ocorrências da diligência, com o parecer fundamentado sobre a matéria que lhes foi submetida”.

Sua elaboração não precede de normas rígidas e padrões definidos, até em decorrência das especificidades que podem variar para os diferentes tipos de perícia. Algumas propostas são apresentadas, mas cada uma se adéqua a realidade da lide em questão. Todavia, consta na NBC T 13.6.4, as exigências mínimas que devem estar contidas no resultado final do trabalho do perito, conforme segue:

13.6.4.1. O Laudo Pericial Contábil deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) identificação do processo e das partes;
- b) síntese do objeto da perícia;
- c) metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- d) identificação das diligências realizadas;
- e) transcrição dos quesitos;
- f) respostas aos quesitos;
- g) conclusão;

- h) outras informações, a critério do perito-contador, entendidas como importantes para melhor esclarecer ou apresentar o laudo pericial;
- i) rubrica e assinatura do perito-contador, que nele fará constar sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade.

Na ocorrência de terem sido formulados quesitos pelo juiz, estes devem ser respondidos com prioridade, conforme exposto por Silva (2005, p. 60):

Havendo quesitos, estes serão transcritos e respondidos, primeiro os oficiais e na seqüência os das partes (autor e réu), na ordem em que forem juntados aos autos. É bom lembrar que os quesitos formulados pelo Magistrado deverão ser respondidos primeiro, independente da ordem de juntada, respeitando-se assim a hierarquia processual.

Para que o resultado do laudo seja considerado de boa qualidade, isento de tendências ou parcialidades, deve apresentar uma estreita correlação com os registros contábeis analisados; ser objetivo; conciso; claro; conter argumentação sucinta; ter restrição científica e; uma conclusão exata, sem brechas para dúvidas.

### **2.6.1 CARACTERÍSTICAS DA PROVA PERICIAL**

A prova pericial é o meio pelo qual o perito baseia suas constatações diante de uma situação apresentada, proporcionando as partes ou ao juiz que o nomeou, um desfecho justo do litígio em tela.

Conforme conceito apresentado por Sá (2000, p. 43), a prova pericial é o “pronunciamento baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, em face de eventos ou fatos que são submetidos a sua apreciação.”

Sua principal finalidade é evidenciar se os fatos técnicos expostos a princípio são verídicos e se foram tramitados de acordo com a legislação vigente.

Para a prova ser legitimada deve ser obtida de forma legal ou pelos meios moralmente aceitos. Terminologia usada pelo artigo 332 do Código de Processo Civil, citada abaixo, porém que pode dar margem a dúvidas, até mesmo aos estudiosos que têm os conceitos de ética e moralidade mais arraigados.

Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados nesse código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se fundamenta a ação ou a defesa.

Os meios para a obtenção dessas provas, admitidos pela Legislação brasileira, através do Código de Processo Civil e, abordados por Alberto (2002), são:

- Depoimento pessoal – resultante da interrogação das partes pelo Juiz. Mesmo levando em conta a subjetividade das informações, assiste ao direito de expressão pessoal.
- Confissão – aceitável apenas se admitir como verdadeiro fato contrário ao seu interesse; se não referenciar fatos relativos a direitos indisponíveis e; se mantiver o caráter de indivisibilidade da prova.
- Exibição de documento ou coisa – apreciar ou requisitar documentação em poder da parte constituindo elemento integrante da prova.
- Documento – método mais utilizado, já que as partes tendem a fundamentar o direito alegado com base nos demonstrativos e nas informações contábeis decorrentes.
- Testemunho – esse meio proporciona ao perito a captação de informações de testemunhas, através da transmissão da visão de quem tem conhecimento dos fatos.
- Inspeção Judicial – ato a que confere ao Magistrado o devido deslocamento para examinar e/ou vistoriar, quando o objeto encontra-se indisponível para se apresentar em juízo.
- Perícia – relaciona-se direta e indiretamente com as demais provas, com o intuito de esclarecer e complementar as já produzidas, materializando o conjunto de exames, com a transmissão de opinião técnico-científica, concretizada no laudo.

A Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, em seu artigo 333, ainda expõe a incumbência do ônus da prova, seguindo abaixo a sua devida discriminação:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Parágrafo único. É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

Ressalta-se ainda, conforme descrito por HOOG e PETRENCO (2004), que a qualidade do serviço do perito faz diferença quando está em foco a segurança do valor da prova.

## **2.6.2 PARECER DO PERITO CONTADOR ASSISTENTE**

Assim como o laudo, o parecer apresenta direcionamento para o objeto que originou a perícia, sendo o seu conteúdo de inteira responsabilidade do profissional indicado para tanto.

Segue definição apresentada por Alberto (2002, p. 128):

O parecer pericial é espécie de laudo, à medida que, expressando a opinião do profissional sobre determinada matéria, o faz segundo as técnicas e abrangência periciais, mas são provocados, normalmente, por quem deles tenha de fazer uso para a defesa de seus interesses ou a título de elucidação de um assunto. Pode ser extrajudicial, quando a parte necessita da opinião fundamentada de um técnico (...). Judicialmente, pode ser provocado pela parte para instruir a inicial da ação a ser proposta (...) ou ainda, pode ser a própria opinião (o parecer técnico) do assistente indicado pela parte para uma perícia judicialmente determinada.

Os procedimentos para a sua elaboração podem se embasar nas mesmas etapas já relacionadas ao laudo. Já o prazo para apresentá-lo concluído fica correlacionado ao momento da entrega do laudo pelo perito nomeado em juízo, se pertencer à esfera judicial. No caso de pertencer aos demais tipos de perícia, fica a critério das partes.

No transcorrer do artigo 433, da Lei 5.869/1973, que institui o Código de Processo Civil, bem como as atualizações posteriores a sua sanção, em seu parágrafo único, consta o prazo para a entrega do referido documento:

O perito apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento. (Redação dada pela Lei nº 8.455, de 24.8.1992)

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias após intimadas as partes da apresentação do laudo. (Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001)

Salienta-se que a Resolução CFC 939/2002 (CFC, 2003, p. 282), que aprova a NBC T 13 – IT-02, em seu item 4, veda ao perito contador assistente “assinar em conjunto ou emitir parecer pericial contábil sobre laudo pericial contábil, quando este



não tiver sido elaborado por Contador habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade”.

## **2.7 ANÁLISE DOS PARÂMETROS ÉTICOS NA PERÍCIA**

A busca de objetivos divergentes por pessoas que se comportam de forma desigual pode acarretar conflitos de interesses, algumas vezes entre indivíduos, outras entre estes e a coletividade. Considerando-se que cada qual é dependente dos demais, torna-se necessário que esses conflitos sejam superados, adotando-se um estilo de comportamento que, mesmo não servindo a cada um em particular, sirva a todos enquanto sociedade. (LISBOA, 1997)

É justamente neste contexto que está inserido o objetivo da ética, através da busca do entendimento desses conflitos, assim como as suas razões, para, em decorrência, situar tipos de condutas que consintam o bom convívio do conjunto.

Na observância do descrito por Vázquez (2005, p. 23 e p. 63), percebe-se a sua ligação direta com a moral:

A ética é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano.

A moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens.

Ao longo da história, o desenvolvimento humano tem sido impelido pela sua busca em se conhecer e em suprir as suas necessidades, cada vez menos básicas. Com a agregação de conhecimentos começaram a aparecer segmentos especializados, com profissionais capacitados para as mais diversas áreas, criando certa interdependência com os que não o provinham. (LISBOA, 1997)

É para que esta relação possa ser equitativa que se busca a conservação e o constante aperfeiçoamento dos parâmetros éticos para os diferentes segmentos, ou seja, para que os profissionais atuem de forma correta e para que os demais não se sintam lesados.

Com a classe contábil não é diferente. O contador exerce papel relevante na análise e na adequação do perfil profissional, uma vez que, defronta-se constantemente

com dilemas éticos, nos quais deve atuar de tal forma que, nenhum dos seus atos venha a denegrir a sua licitude. (LISBOA, 1997)

Tais dilemas podem ser apresentados nas divergências para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis ou mesmo no emprego de um sistema fraudulento, casos que, nem sempre se apresentam com as definições legais bem delimitadas, deixando margem para dúvidas em sua utilização, todavia, o foco principal deve permanecer direcionado para a boa conduta profissional.

Na conceituação de Hoog e Petrenco (2004, p. 123), a formação moral desejável é aquela com a “consciência pura, livre de dogmas e preconceitos”, sendo os seus meus operantes transcritos abaixo.

- a) a função social da profissão, harmonizada com a moral e o dever de conhecer a tarefa, a profissão e a manutenção da educação continuada;
- b) a responsabilidade que decorre da utilidade dos benefícios da tarefa, que buscam ampliar a qualidade e a satisfação dos clientes;
- c) o zelo e a eficiência, importantíssimos no exercício da profissão, harmonizados com a honestidade e o sigilo.

No mesmo segmento cabe à perícia a adaptação das especificidades éticas à sua realidade. A sua atuação está inserida num contexto de litígios e, como as partes têm interesses conflitantes, é possível que o perito sofra pressões, por exemplo, devendo manter-se afastado de qualquer tentativa de coação. O processo no qual atua deve ser fidedigno e manter-se acima de qualquer suspeita, estando a sua credibilidade diretamente relacionada com o resultado final do seu trabalho, que se constitui no laudo pericial. Fato também abordado por Lisboa (1997, p. 83):

Diante da tentativa de aproximação de algum dos envolvidos na questão então em julgamento pela justiça, principalmente quando tal fato tiver objetivo de conduzir o profissional a *maquiar*, omitir ou, de alguma forma, desvirtuar as informações que devem ser entregues ao juiz, o fato deve ser imediatamente comunicado à justiça.

Ressaltam-se como agravantes que, em decorrência de falhas por parte do profissional, no âmbito da perícia judicial, pode acarretar a incriminação de um inocente. Na extrajudicial a parcialidade e o beneficiamento de uma das partes. Evidencia-se, sobretudo, que esse tipo de atitude é passível de nulidade do laudo e a aplicação de penalidades previstas em Lei. (CFC, 2003)

Para impetrar o objetivo que se espera e otimizar o resultado de sua pesquisa, o perito precisa ter um comportamento íntegro, ser objetivo e ter competência para efetuar a análise que lhe foi confiada.

Para auxiliar na exposição das condutas que devem ser seguidas, a profissão contábil dispõe de um Código de Ética, aprovado pela Resolução CFC 803/1996 e, posteriormente alterado pelas Resoluções CFC 819/1997, 942/2002 e 950/2002, abrangendo deveres, obrigações e expondo penalidades para os desvios de conduta. De forma análoga e mais direcionada, a Resolução CFC 857/1999, apresenta as Normas Profissionais do Perito.

Todavia, mesmo seguindo as especificidades do segmento, as Resoluções não findam os problemas. Um Código de Ética apresenta parâmetros gerais sobre princípios e regras particulares, mas não compreende todos os pontos divergentes que aparecem quando do exercício de determinada profissão.

Por isso é necessário o constante aperfeiçoamento. Mesmo que não se possam corrigir os fatos passados, não se podem desprezar as suas contribuições, no sentido de evitar a aceitação de comportamentos não éticos no futuro.

### **2.7.1 ERRO X FRAUDE**

A intervenção do perito contábil pode decorrer de situações que tenham como condição agravante a ocorrência de um erro ou de uma fraude por parte do profissional encarregado pelas tramitações contábeis. Percebe-se neste contexto que a diferença entre um e outro é a intenção decorrente do ato.

Enquanto nos casos em que se caracteriza o erro em decorrência de uma falha involuntária no processo, isto é, sem que o responsável tenha a intenção de fazê-lo; nos casos de fraude, o profissional tem a consciência de que a sua atitude é incorreta e mesmo assim a executa, buscando benefício próprio ou de terceiros. (CFC, 2003)

Segundo Hoog e Petrenco (2004), o erro é comum e de fácil identificação, podendo ser fruto de negligência, quando foge das determinações legais; imperícia, quando há incapacidade para o desempenho; ou imprudência, quando provém de falta

de cautela. Essas incidências são normalmente decorrentes da ignorância e constituem os crimes culposos.

Já a fraude, seguindo a mesma fonte supracitada, é premeditada e costuma estar menos evidente, uma vez que, a finalidade do autor é burlar o sistema sem ser descoberto e, assim, tirar vantagem. Há tantos métodos para se fraudar quanto à imaginação criminosa é capaz de criar, por isso, é requerida muita perspicácia na atuação do perito, para então serem caracterizados os crimes dolosos.

Alberto (2002) ainda ressalta as dificuldades para a elucidação de alguns casos, tendo em vista a grande abrangência assumida pela automatização difundida pela informática.

Estas formas de conduta reportam-se aos parâmetros éticos, à medida que, se analisa a potencialidade do profissional em assumir uma inclinação ilegal. Justamente para poder criar um parâmetro, o Código de Ética delimita algumas ações e ressalta que é de responsabilidade do profissional o conhecimento das penalidades a que está sujeito, buscando coibir os desvios de conduta.

## **2.7.2 A MENSURAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS**

A caracterização dos itens para a sua devida inclusão no grupo dos ativos requer, segundo Ludícibus e Marion (2007), a posse ou a propriedade, a capacidade de gerar benefícios presentes e / ou futuros, apresentar direito exclusivo. Todavia, esses valores contidos no balanço das entidades, não costumam representar o quanto elas realmente valem, isso porque, junto ao valor contábil, agregam-se ativos que não são evidenciados, os intangíveis.

Szuster *et al* (2007, p. 81), apresenta:

Ativo: São recursos econômicos (bens e direitos) que a empresa possui e espera que gerem benefícios futuros. Os ativos podem ter corpo, matéria definida, tais como prédios, máquinas ou estoque, sendo denominados de ativos tangíveis. Podem, ainda, possuir valor legal ou representar direitos, como a marca, o ponto comercial, sendo denominados ativos intangíveis. Um dos problemas mais controversos em Contabilidade é determinar o real valor dos ativos.

Os ativos intangíveis constituem um grupo de contas relativamente novo para a contabilidade, se intensificando com a era do conhecimento, em que a agregação de valor humano vem sendo cada vez mais reconhecido, inclusive, na composição do patrimônio das entidades. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999)

Definições mais recentes já agregam ao ativo alguns intangíveis, inclusive com embasamento legal proporcionado pela Lei 11.638/2007. Todavia, abrangendo apenas os itens que podem ser contabilizados pelo custo histórico, com base no valor de compra. Os que foram originados na entidade continuam a causar questionamentos, principalmente quanto a sua mensuração, por entrar em desacordo com os princípios contábeis. (SZUSTER *et al*, 2007)

Neste grupo estão contidos, dentre outros, as marcas, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, os direitos autorais, as patentes, o capital intelectual e o *goodwill*. Este último, considerado por Schmidt e Santos (2002), o mais intangível dos intangíveis, sendo a sua definição, as suas características e o seu tratamento contábil, os mais difíceis e controversos, pois está intimamente relacionado a outros intangíveis. Segue ainda em Martins (1972, *apud* SCHMIDT e SANTOS, 2002, p. 44):

A definição do conceito de *goodwill* engloba os seguintes fatores, que são determinantes para que uma entidade tenha lucros futuros além da soma dos valores de seus ativos líquidos: *know-how*, propaganda eficiente, localização geográfica favorável, habilidade administrativa fora dos padrões comuns, treinamento eficiente dos empregados, relações públicas favoráveis, legislação favorável e condições monopolísticas.

Paralelamente ao crescente uso e reconhecimento dos intangíveis, também há o aumento da necessidade de se utilizar um método adequado para a sua avaliação, pois os utilizados para mensurar os tangíveis nem sempre suprem as especificidades apresentadas por este grupo.

Aspectos obrigatórios para a identificação dos ativos como ser de propriedade, constituir bem ou direito, ser mensurável e apresentar benefício presente e/ou futuro, nem sempre são claramente evidenciados. Além disso, há discrepâncias quanto à limitação do uso, a exaustão, a propriedade e o controle desses bens. (ENSSLIN e SCHNORRENBURGER, 2004)

Em contrapartida aos conceitos definidos para a contabilidade, no caso dos intangíveis não há uma barreira delimitando o seu uso, mesmo porque, existem

independentemente do espaço, sendo que, várias pessoas podem se beneficiar ao mesmo tempo de suas colaborações. Com esta mesma visão, confunde-se a posse, o direito de propriedade, e o controle sob este ativo, uma vez que, não se constituem em bens sólidos e podem ser compartilhados. (SCHMIDT e SANTOS, 2002)

No caso da exaustão, enquanto o desgaste natural de um bem e a sua desvalorização vão sendo contabilizadas ao longo de um período pré-estabelecido, ocorre de forma inversamente proporcional para os intangíveis, já que a tendência é de aumentar a agregação de valores na medida em que o tempo passa.

Defronte a esses percalços, enquanto a academia discute qual seria a forma mais adequada desta harmonização, muitos profissionais aproveitam-se das circunstâncias para apresentar um patrimônio distorcido, elevando ou reduzindo, conforme lhe for mais conveniente. Ensslin e Schnorrenberger (2004, p. 88) confirmam essa ocorrência, um “aspecto que preocupa pois, a ausência de parâmetros de comparabilidade deixa o caminho aberto para gestores inescrupulosos manipularem a informação de acordo com suas necessidades”.

## **2.8 EXIGÊNCIAS IMPOSTAS AOS PERITOS**

Além do especificado em Lei, que exige o registro nos órgãos competentes, após, a devida formação acadêmica, o perito também deve dispor de qualificação suficiente para elucidar os eventos em que está atuando e, para tanto, manter-se em sintonia com as ocorrências externas, aliado a uma educação continuada. Seguindo esta perspectiva Ornelas (2000, p. 50), discorre:

Conhecimentos gerais e profundos da ciência contábil, teórica ou aplicada em suas várias manifestações organizacionais públicas e privadas, além de outras áreas correlatas, como, por exemplo, matemática financeira, estatística, assuntos tributários, técnicas e práticas de negócios, bem como domínio do direito processual civil, em especial quanto aos usos e costumes relativos à perícia, e da legislação correlata, são essenciais ao desempenho competente da função pericial aliados “com qualidades de espírito que o fazem perspicaz, crítico, hábil e circunspecto”.

Silva (2005, p. 41) ainda lista os conhecimentos contábeis e auxiliares essenciais que o profissional perito contador deve possuir e sem pretensão de esgotá-los, conforme segue:

- análise das demonstrações exigidas pela lei societária;
- contabilidade avançada;
- contabilidade geral;
- noções de administração e economia;
- matemática financeira;
- conhecimento de lógica formal como formadora de pensamento;
- os princípios fundamentais de contabilidade;
- as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- Código de Ética Profissional do Contabilista;
- a legislação da profissão contábil;
- as normas e procedimentos de perícia judicial da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo;
- Código de Processo Civil (parte específica);
- Código Civil (parte específica);
- Código Comercial (parte específica);
- Código de Processo Penal (parte específica);
- Código Penal (parte específica);
- a lei das Sociedades por Ações;
- o roteiro das Falências e Concordatas.

A experiência profissional, como já apresentado pela Resolução CFC 857/1999, através da NBC P 2.1.1, também é conveniente, uma vez que, direciona com maior facilidade para irregularidades que se tornam costumeiras ao longo do tempo, facilitando a sua identificação. Ainda que na teoria os casos sejam amplamente discutidos, é na prática que se apresenta a sua aplicabilidade. Ressalta-se, todavia, a cautela para que esta característica não resulte em um profissional condicionado as situações que lhe são apresentadas.

Outra característica que está relacionada aos peritos abrange a sua capacidade de observação, afinal é através da análise minuciosa dos demonstrativos contábeis que identificará o elemento de seu estudo. Silva (2005, p. 21) ratifica que “o candidato a Perito-contador precisa ter traços de observador, cauteloso, zeloso, lógica contábil aguçada, ser estudioso e verdadeiro amante das ciências contábeis, sempre disposto a estudar matérias correlatas e imprescindíveis”.

Além disso, o respeito à determinação de que o processo ocorre em sigilo, aliado a boa conduta profissional e a devida independência para expressar a sua opinião diante dos fatos, agregam credibilidade ao seu trabalho.

Em complemento, Hoog e Petrenco (2004, p. 130) apresentam, no formato de uma pirâmide, algumas características para que o perito tenha um diferencial, tais como, a estratégia e a solução, que ficam na base da pirâmide, seguidas de garantia, qualidade, segurança e preço. A estratégia é a base para se chegar a elucidação do caso. A garantia representa a certeza do processo executado conforme os padrões. A qualidade se constitui na manutenção de um serviço bem executado. A segurança se vincula a idoneidade do profissional. Por fim, no topo da pirâmide, os autores colocam a cobrança de um preço justo, equivalente as proporções que o trabalho requer.

Com o dinamismo assumido pela globalização, aliado ao avanço da tecnologia, os profissionais tendem a buscar esse diferencial e, devem ter em mente que não basta se limitarem as especificidades da sua ciência, mas sim, conforme citação de Ornelas (2000), buscar interagir e interligar seus conhecimentos e suas práticas com as ciências afins, agregando valor ao seu trabalho.

Porém, acima de tudo, deve estar a sua probidade, disto depende a confiabilidade do seu trabalho final. Um laudo falso, ou mesmo tendencioso, pode acarretar conseqüências irreversíveis.

### **2.8.1 O AVANÇO TECNOLÓGICO**

Ainda que a contabilidade tradicional esteja voltada, principalmente, ao atendimento e a legitimação do fisco, uma parcela cada vez maior, busca acompanhar as tendências tecnológicas e as exigências que lhe são decorrentes.

A visão de que a contabilidade é uma ciência que está sempre voltada ao passado, dá espaço ao dinamismo do ambiente atual, em que o acesso à informação abrange a massa populacional de forma mais eficiente, sem fazer distinções.

A necessidade de sanar as peculiaridades gerenciais de cada empresa, bem como, auxiliar para a otimização dos resultados e do processo decisório, fez das informações que até então eram meras representações do passado, uma projeção fundamentada para o futuro. (SANTOS e PADOVEZE, 2007)

As inovações chegaram ao sistema contábil, proporcionando aperfeiçoamento técnico das práticas, agilidade no processo e facilitação para buscas e confirmações



necessárias. Os critérios adotados para o trabalho contábil manual já não garantem resultados satisfatórios e, os clientes não se satisfazem mais com a simples apresentação de registros, pois precisam da complementação dos dados técnicos. Aspecto abordado por Ensslin e Schnorrenberger (2004, p. 84):

neste novo cenário, rapidez, inovação, flexibilidade, conhecimento e capacidade de aprendizado individual e coletivo, tornaram-se mais importantes que os próprios bens materiais, exigindo assim, uma nova forma de gerenciamento.

Da mesma forma, o incentivo à divulgação da conjuntura patrimonial de cada empresa em ambientes virtuais, tornou-se uma prática usual, em alguns casos, até obrigatória por lei, como às listadas na bolsa de valores. Desta forma o processo torna-se mais transparente, passível de fiscalização por parte dos usuários e melhor avaliação para eventuais investimentos.(PLATT NETO, CRUZ, ENSSLIN e ENSSLIN, 2007)

O tempo foi outro diferencial, pois, a agilidade decorrente do uso da telefonia e da informática proporcionou tamanho dinamismo que já não se admite retrocessos. A informação exata deve estar disponível em tempo hábil e, para atender essa demanda, cada vez mais exigente, o profissional deve estar preparado para tal situação.

## **2.8.2 NOVOS PADRÕES PARA O MUNDO GLOBALIZADO**

O mercado competitivo tem proporcionado um redimensionamento em todas as áreas. No que se refere à profissão de perito contador, o impacto dessa nova estrutura não é diferente. O mercado exige maior qualificação e, conseqüentemente, a figura do profissional e a sua desenvoltura técnica ganham maior valor agregado, caracterizando a validade do capital intelectual. (LUCENA, 2007)

Em decorrência desse novo contexto, acrescentam-se situações que questionam os conhecimentos que sempre foram tidos como exatos, como a materialidade dos bens de uma entidade. Outro desafio concentra-se na dificuldade em aproximar o valor contido no balanço patrimonial, com o valor econômico, uma vez que, dificilmente coincide o valor contábil, com o valor que a empresa realmente tem diante do mercado. (ENSSLIN e SCHNORRENBGER, 2004)

Mesmo com os agravantes decorrentes deste novo perfil, são inegáveis as contribuições que foram inseridas no contexto contábil, dinamizando os processos e equiparando a ciência as necessidades requeridas pelo mercado. Informações que demoravam dias para serem captadas e repassadas ao usuário, passaram a estar com acesso livre e em tempo real, os questionamentos, desta forma, são sanados com maior eficiência.

O dinamismo também atinge a inter relação entre as pessoas, independente de barreiras territoriais e lingüísticas, através da informática. Todavia, algumas adaptações ainda têm que ser regulamentadas, para que exista uma base para a análise e a comparação. Essa tendência pela convergência à harmonização das demonstrações contábeis, em parâmetro global, é um exemplo da necessidade de interação com o mundo externo. (MARTINS, 2007)

Em decorrência dessa atual conjuntura, novas competências são impostas àqueles que pretendem participar e atuar ativamente nesse mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A graduação já não é mais garantia do almejado sucesso, mas sim, a primeira etapa da evolução profissional que deve ser impetrada através de uma educação continuada.

### **3 ANÁLISE DA EXPECTATIVA PROFISSIONAL DOS PERITOS CONTÁBEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Após inserção ao contexto em que o perito contábil está inserido, faz-se neste item uma análise dos dados pessoais relacionados a estes profissionais atuantes; da distribuição dos peritos conforme sua atuação pelas regiões do Estado; do seu perfil profissional; do seu enquadramento ao código de ética da profissão; das influências tecnológicas para a realização de suas tarefas e; por fim, do objeto desta pesquisa que se norteia para a identificação da sua expectativa profissional.

#### **3.1 RESULTADOS DA PESQUISA**

A partir de agora, os pontos abordados referem-se aos dados coletados, tendo como base os respondentes do questionário elaborado para a captação dos dados desta pesquisa, que se deu através da aplicação de um questionário com 17 (dezessete) questões, sendo destas 3 (três) abertas e as demais fechadas. Ainda acrescentou-se como opção, em cada uma das questões objetivas, um espaço para descrever ocorrências que não estivessem expostas nas alternativas apresentadas.

No cadastro disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado, apresentaram-se 58 (cinquenta e oito) inscritos, sendo 3 (três) destes desconsiderados por não incluírem nenhum tipo de informação que possibilitasse o envio dos questionários.

Primeiramente, buscou-se uma abordagem direta, através de ligações a cada um dos integrantes da amostra que disponibilizaram seus telefones no cadastro, como forma de apresentar a proposta deste estudo. Logo após, foram enviados *e-mails*, contendo o questionário e, enfatizando a importância da colaboração e o sigilo das informações prestadas. Após duas semanas, começou-se a análise com as respostas obtidas.

Dos 55 (cinquenta e cinco) *e-mails* enviados, 27 (vinte e sete) foram respondidos, obtendo-se um percentual de 49,10% (quarenta e nove vírgula dez por

cento) da amostra, sendo através destes colaboradores que se desenvolve esta pesquisa.

A porcentagem ultrapassa os 35,5% (trinta e cinco por cento e meio) previstos nos dados estatísticos constantes na metodologia, caracterizando a representatividade das informações aqui constantes.

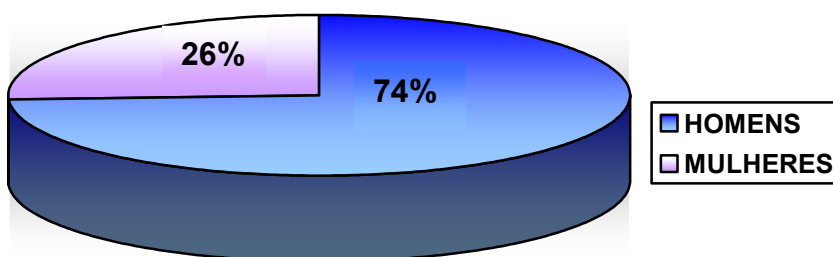
Assim, segue-se com a apresentação dos resultados da pesquisa.

### 3.1.1 DADOS PESSOAIS

Como forma de apresentar uma comparação da amostra, apenas neste item será considerada a participação de homens e mulheres, entre os dados pessoais correlacionados por esta pesquisa.

Para tanto, percebe-se uma predominância de homens que atuam neste segmento, chegando a uma proporção de 74% (setenta e quatro por cento) de homens, para 26% (vinte e seis por cento) de mulheres. Esta proporção pode ser melhor visualizada através da representação gráfica apresentada pela Figura 01.

#### Participação de Homens e Mulheres na Composição da Amostra

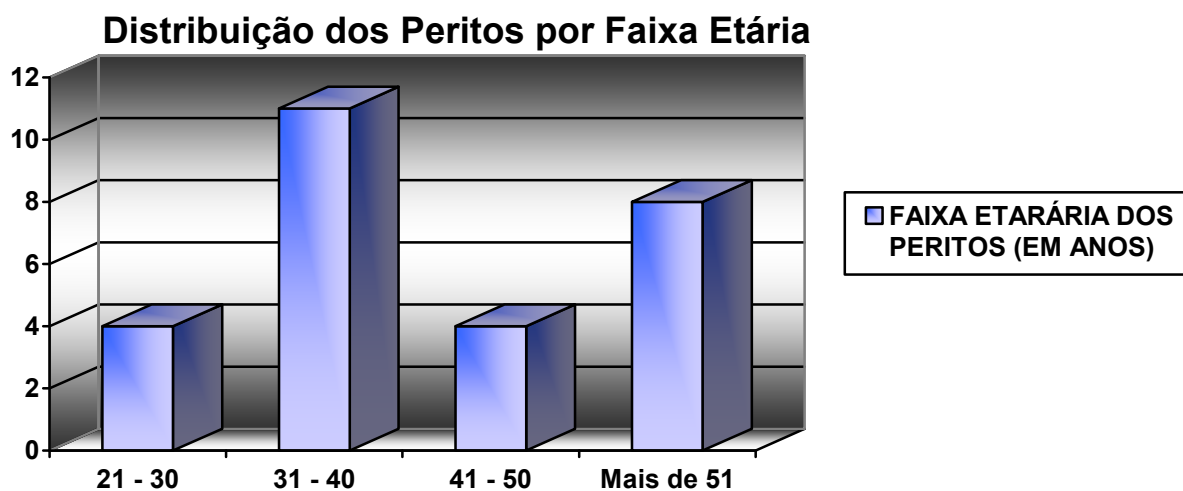


**Figura 01: Participação de homens e mulheres na composição da amostra.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os profissionais que atuam nesta área tendem a pertencer a um grupo mais experiente, se comparado ao período produtivo da maioria população, até pela especialização técnica que o trabalho requer, ficando na média ponderada em 42 (quarenta e dois) anos. As mulheres atingem uma média de 35 (trinta e cinco) anos e os

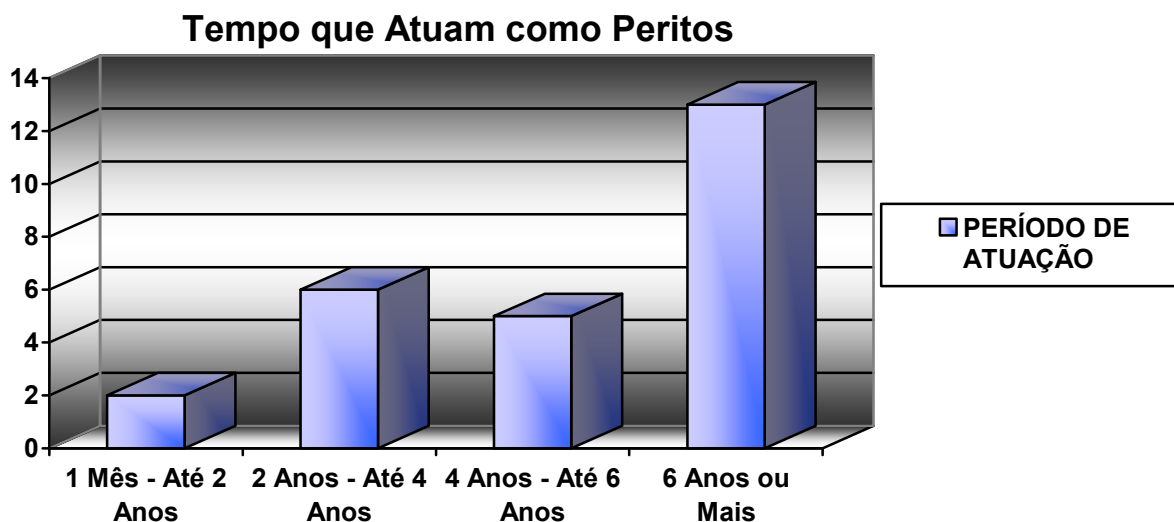
homens de 44 (quarenta e quatro) anos. A variação apresentada pelos peritos respondentes apresenta-se na Figura 02, por meio de faixas etárias.



**Figura 02: Distribuição dos peritos por faixa etária.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Além disso, dentre os respondentes, a média do tempo em que atuam como perito contador ficou em 7 (sete) anos. Sendo que os homens estão há mais tempo, com aproximadamente 8,5 anos (oito anos e meio) e as mulheres atingem na média 5 (cinco) anos. Para melhor visualização, apresenta-se na Figura 03, a representação gráfica do período de atuação dos peritos por faixa anual.



**Figura 03: Tempo que atuam como peritos.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Tendo-se em vista as especificidades técnicas requeridas para o exercício do trabalho pericial, a experiência desses profissionais atuantes já é prevista por muitos dos autores, inclusive observada pela Resolução CFC 857/1999 (CFC, 2003, p. 105), através da NBC P 2.1.1, quando inclui em seu texto que o perito deve ser “profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada”.

### **3.1.2 DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS POR COMARCAS DO ESTADO**

Outro aspecto que se destaca pela classificação por Comarcas apresentadas no *site* do Tribunal de Justiça do Estado é a forte tendência de atuação em pequenas regiões circunvizinhas. Apenas 7,69% (sete vírgula sessenta e nove por cento) dos profissionais atuam em todas as 114 (cento e quatorze) regiões que subdividem o Estado, conforme apresentado na referida fonte.

A divisão adotada para o cadastro dos peritos, que viabilizou esta pesquisa, redirecionou os 293 (duzentos e noventa e três) Municípios que compõe o Estado de Santa Catarina, em um total de 114 (cento e quatorze) Comarcas. Como forma de proporcionar a análise da concentração desses profissionais, estas Comarcas foram aglomeradas em suas devidas regiões, seguindo os limites territoriais apresentados no *site* do Governo do Estado.

Como se pode verificar na Figura 04, a média de peritos por região alcança seu maior valor nos Municípios que compõe o Litoral do Estado, principalmente os da Grande Florianópolis. Em contrapartida, as menores médias estão nos Municípios das regiões do Planalto Norte e do Oeste do Estado, alcançando 10 (dez) peritos a menos que a região com maior destaque em concentração.

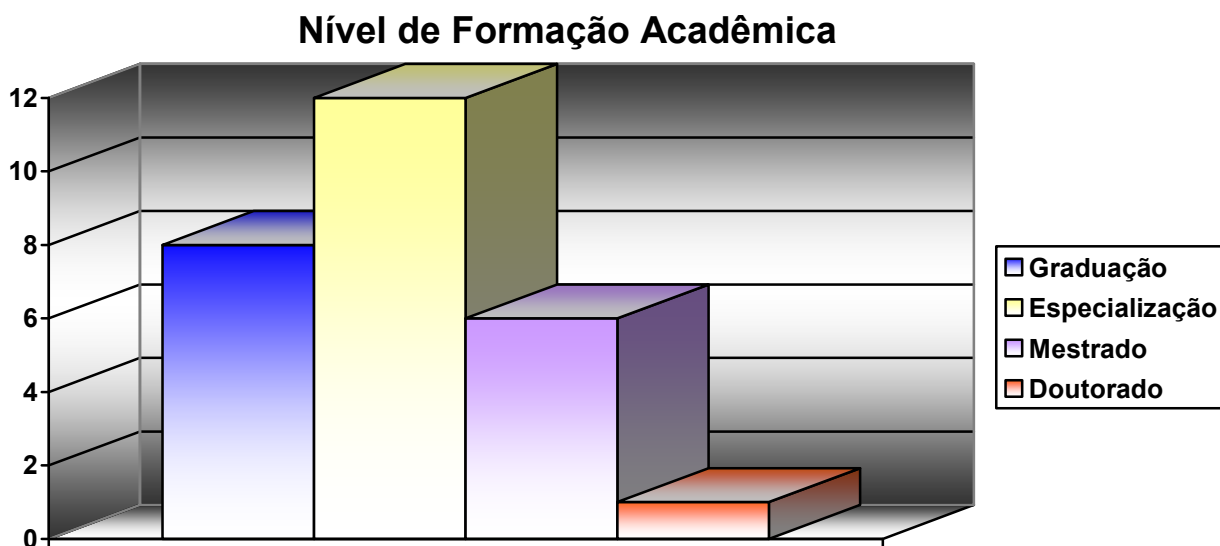


**Figura 04: Distribuição dos peritos pelas Regiões do Estado.**  
 Fonte: Adaptado do site do Governo do Estado

Uma das razões desse agrupamento de profissionais pode decorrer não só pela localização litorânea e cidades circunvizinhas, mas também, pela presença da Capital do Estado nesta região e pela centralização dos poderes ainda muito arraigada e bem definida no cerne do Governo.

### 3.1.3 PERFIL PROFISSIONAL

Dos peritos que compõe esta pesquisa, 29,60% (vinte e nove vírgula sessenta por cento) possuem como formação acadêmica o bacharelado em Ciências Contábeis, 44,50% (quarenta e quatro e meio por cento) possuem curso de especialização, 22,20% (vinte e dois vírgula vinte por cento) atingiram o mestrado e, apenas 3,70% (três vírgula setenta por cento) a qualificação com o doutorado. A participação dos profissionais com o grau de bacharel e os especialistas nesta área, forma a esmagadora maioria desta amostra, num total de 74,10% (setenta e quatro vírgula dez por cento). Para melhor visualização destes dados, apresenta-se na Figura 05 a sua representação gráfica.



**Figura 05: Nível de formação acadêmica dos peritos.**  
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Observa-se também a atuação predominante como Pessoa Física ou, quando caracterizados como Pessoa Jurídica, se faz em decorrência de outro ramo em que trabalham. Os profissionais autônomos totalizam 48, 20% (quarenta e oito vírgula vinte por cento) dos pesquisados e as Pessoas Físicas vinculadas a um escritório do segmento 22,20% (vinte e dois vírgula vinte por cento). Dos que se classificam como Pessoas Jurídicas por atuarem em outra área, atingi-se 18,50% (dezoito e meio por cento) e, apenas 11,10% (onze vírgula dez por cento) englobam o grupo das Pessoas Jurídicas que se caracterizam pela atuação especificamente na perícia, em um escritório direcionado para esta área.

A média das perícias realizadas no período de um mês foi de 9 (nove), sendo que, apresentou dois extremos quando especificadas as de cunho judicial e as extrajudiciais. Esta com uma faixa aproximada de 52 (cinquenta e dois) trabalhos mensais e aquela na média de 5 (cinco) nomeações mensais. Ressalta-se também que um dos saldos apresentados foi desconsiderado por estar mensurado em quantidade de cálculos, inviabilizando a comparabilidade com os demais.

Pelo que se percebe nas manifestações externadas quando questionados sobre a participação nos cursos de educação continuada, este público dá preferência as oportunidades ofertadas aos temas direcionados as suas necessidades.



Dentre os respondentes, 27% (vinte e sete por cento) afirmam presença quando estes cursos são ofertados, 31% (trinta e um por cento) apóiam este tipo de iniciativa embora estejam um pouco ausentes pela indisponibilidade de tempo e 38% (trinta e oito por cento) além de aderirem à proposta, gostariam que fossem ofertados com maior freqüência, principalmente os específicos para a área pericial.

Apenas 4% (quatro por cento) dos respondentes encontram-se satisfeitos com a periodicidade da oferta dos cursos e com os conteúdos que são apresentados.

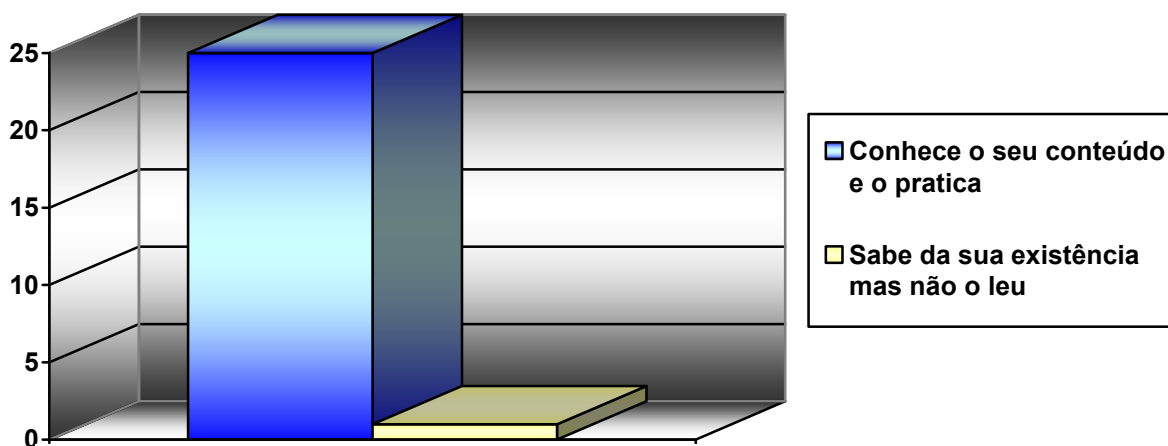
### 3.1.4 ENQUADRAMENTO ÉTICO

Quando questionados sobre o conhecimento e a prática do Código de Ética que estatui normas de conduta para o profissional contador no exercício das suas atividades, 96% (noventa e seis por cento) dos peritos afirmaram não só dominar os seus preceitos, como também praticá-los.

Apenas 4% (quatro por cento) do total pesquisado alegam ter conhecimento da sua existência, porém admitem ainda não ter lido o seu conteúdo. Nenhum dos pesquisados manifestou-se desfavorável ao seu conteúdo ou apresentou comentários.

Visualiza-se esta proporção do alcance assumido pelo Código de Ética, através do gráfico apresentado na Figura 06.

#### Conhecimento e Prática do Código de Ética Profissional



**Figura 06: Conhecimento e prática do Código de Ética Profissional.**

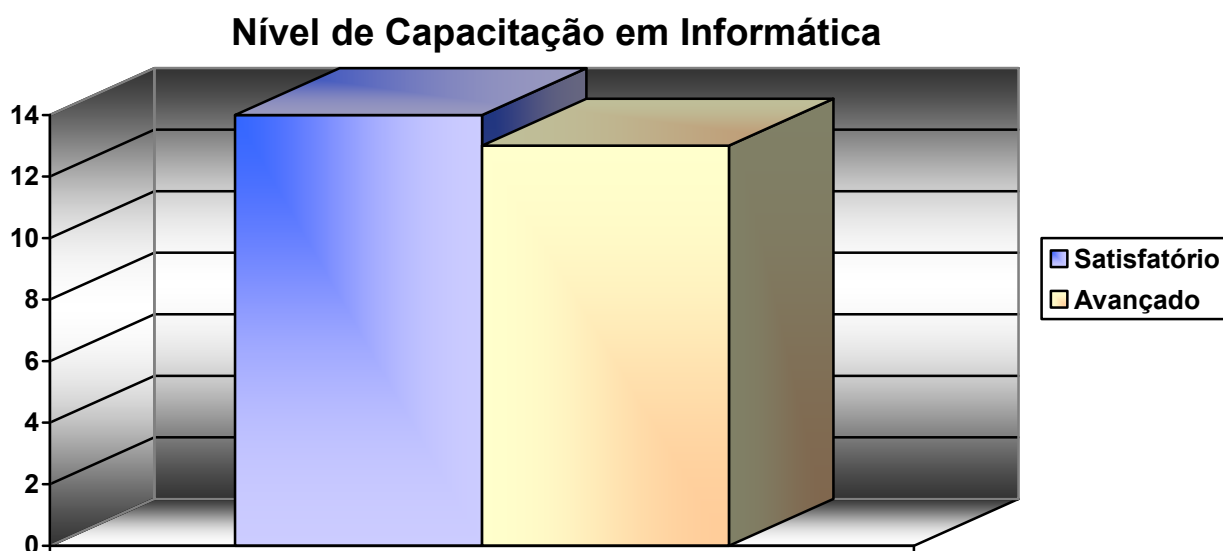
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Pode-se perceber, então, a abrangência, a influência e a importância que estes parâmetros exercem na profissão pericial. Tendo-se em vista, não só o perfil pessoal dos que atuam neste segmento, mas também as particularidades das suas atitudes e a sua conduta ética estenderem-se a credibilidade da sua atuação e do resultado final de seu trabalho, o laudo pericial.

### 3.1.5 INFLUÊNCIAS TECNOLÓGICAS

Há uma forte interação com os meios tecnológicos entre os pesquisados, principalmente no que se refere à utilização de ferramentas decorrentes da informática e quanto ao uso da internet.

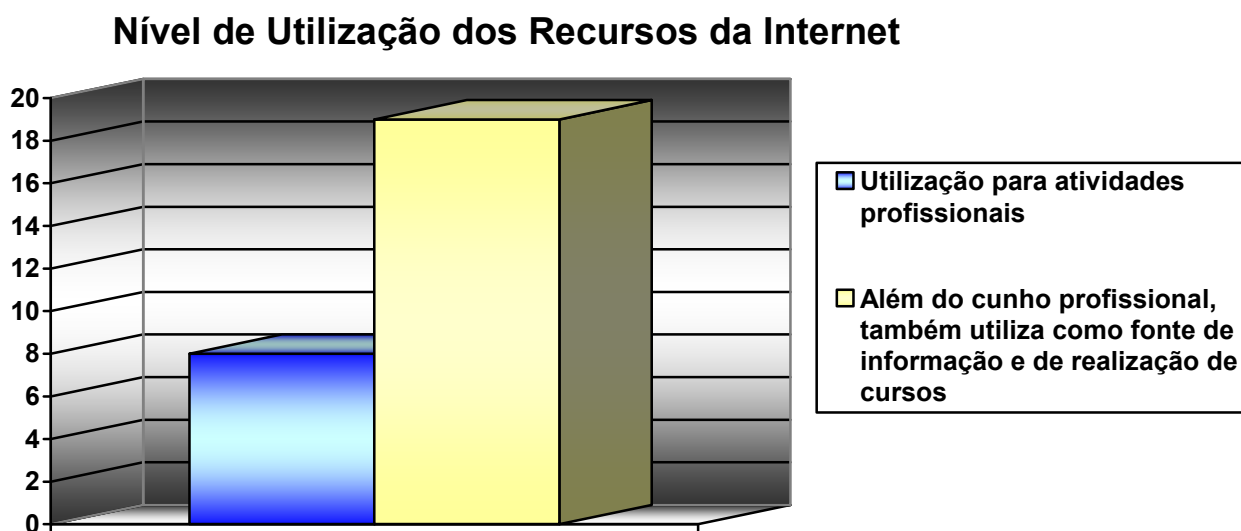
O nível de capacitação em informática ficou entre satisfatório, abrangendo o necessário para o desempenho da profissão e; avançado, com domínio completo dos recursos disponíveis. Os saldos desses dois itens ficam muito próximos quando avaliados os resultados assinalados pelos respondentes, conforme se observa no gráfico da Figura 07.



**Figura 07: Nível de capacitação em informática dos peritos.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

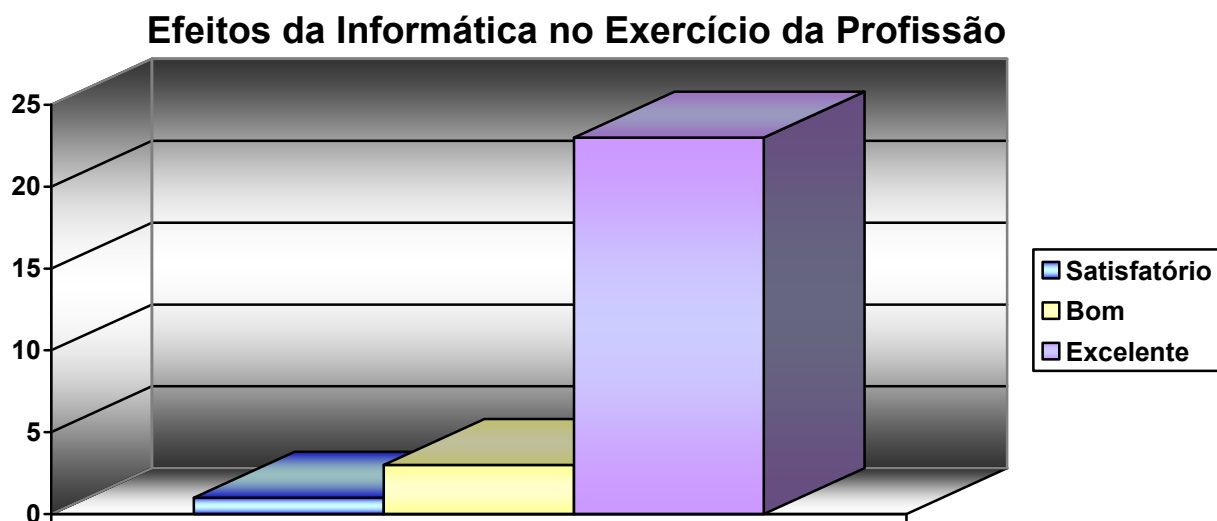
Da mesma forma a utilização da internet que em 30% (trinta por cento) dos casos é utilizada para as atividades profissionais e em 70% (setenta por cento) dos casos, além desse fim, também é empregada como fonte de informação e atualização, inclusive com cursos à distância. Através do gráfico, apresentado pela Figura 08, percebe-se o engajamento dos profissionais com este meio ofertado pelo avanço tecnológico.



**Figura 08: Nível de utilização dos recursos da internet pelos peritos.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

É unânime entre a opinião do grupo, os benefícios decorrentes da informática no exercício da profissão, atingindo 85% (oitenta e cinco por cento) dos participantes que classificam esta modalidade com nível de excelência, pelo dinamismo que proporcionou aos resultados, agregando qualidade e modernizando o processo. No gráfico, da Figura 09, faz-se ainda uma correlação com os demais itens citados pelos peritos, constantes no questionário aplicado.



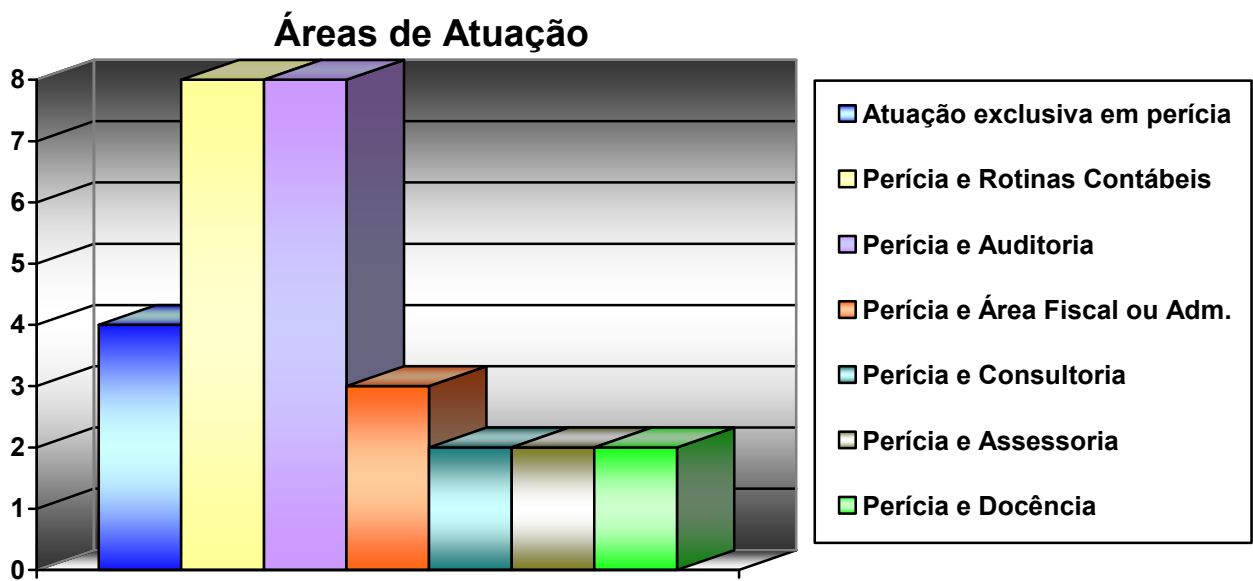
**Figura 09: Efeitos da informática no exercício da profissão percebidos pelos peritos.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Dentre os pontos analisados neste item, pode-se verificar a forte influência que os avanços tecnológicos apresentam na atuação dos peritos no exercício das atividades pertinentes a sua profissão.

### **3.1.6 EXPECTATIVA PROFISSIONAL**

A grande maioria dos profissionais que atuam na perícia exerce outra atividade, sendo esta da área contábil ou não. Apenas 15% (quinze por cento) dos respondentes têm na perícia sua atividade fim. As principais áreas que os respondentes citaram conciliar com a perícia foram, principalmente, as relacionadas às rotinas contábeis, a auditoria, a fiscal ou a administrativa, consultoria e assessoria, além da docência. As proporções agregadas a cada um desses segmentos de atuação encontram-se dispostas no gráfico, constante na Figura 10.



**Figura 10: Áreas de atuação conciliadas à perícia.**

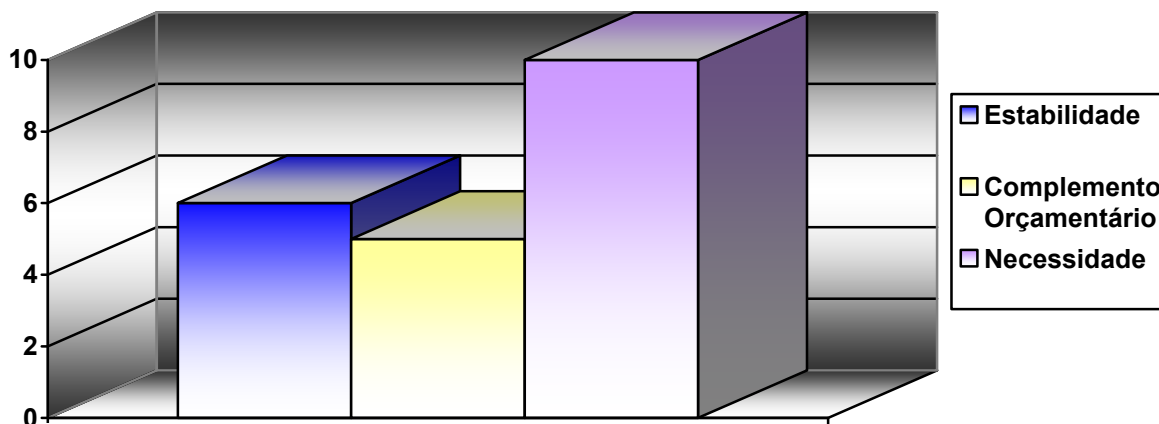
Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

As principais causas apontadas pelos profissionais que atuam em outras atividades foram a necessidade, por não conseguirem se manter trabalhando exclusivamente com perícia contábil; a estabilidade; e o complemento orçamentário. Todos esses itens direcionam-se para a instabilidade econômica da profissão, inclusive comentado por um dos colaboradores desta pesquisa, que ressalta serem os honorários inconstantes, uma vez que, passam-se meses sem que haja o recebimento do trabalho efetuado, porém em outros, recebem-se vários juntos, retroativos.

Outro motivo descrito no questionário foi a existência de uma grande área de atuação para a consultoria nas empresas, além da área tributária, o que estimula a abertura para a extensão dessa demanda carente.

Como embasamento para esta análise, salienta-se que os 15% (quinze por cento) atuantes exclusivamente no âmbito pericial, esquivam-se deste item. Dos motivos que mais foram citados dentre os respondentes, apontam-se no gráfico, constante na Figura 11, como forma de melhor visualizar os dados obtidos.

### Principais Motivos para Atuação em Outras Atividades



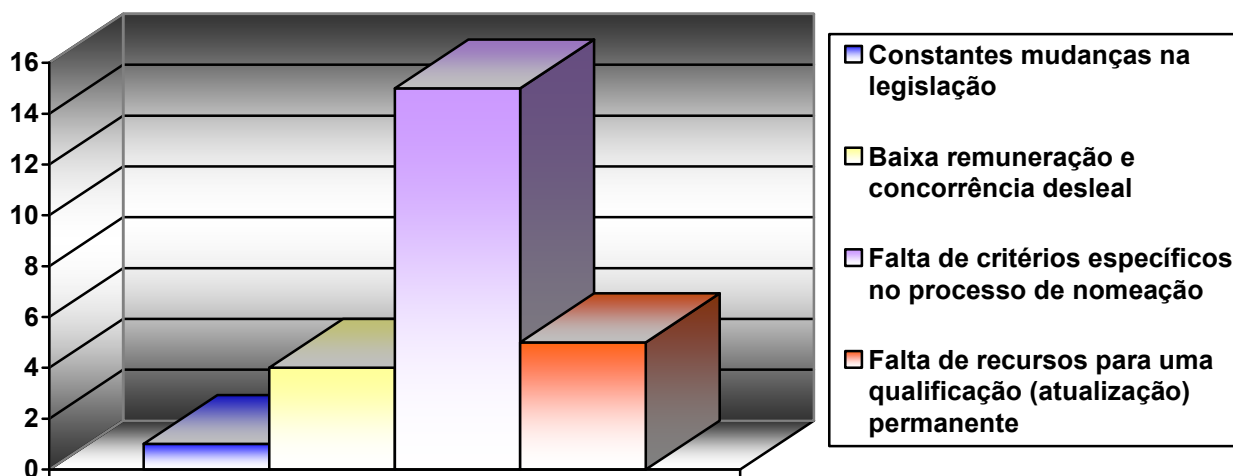
**Figura 11: Principais motivos para atuação em outras áreas externas a perícia.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Analisando o quesito que discorre sobre as dificuldades encontradas para a atuação da atividade pericial, a que mais se destaca dentre as apontadas é a falta de critérios específicos no processo de nomeação das perícias judiciais. Outros dois pontos acrescentados pelos colaboradores desta pesquisa foram a morosidade dos procedimentos judiciais e a dificuldade de se engajar no processo e ser reconhecido pela qualidade dos seus serviços.

Apresenta-se graficamente na Figura 12, a proporção correlacionada aos itens assinalados pelos peritos colaboradores desta pesquisa.

### Principais Dificuldades Enfrentadas no Exercício da Profissão



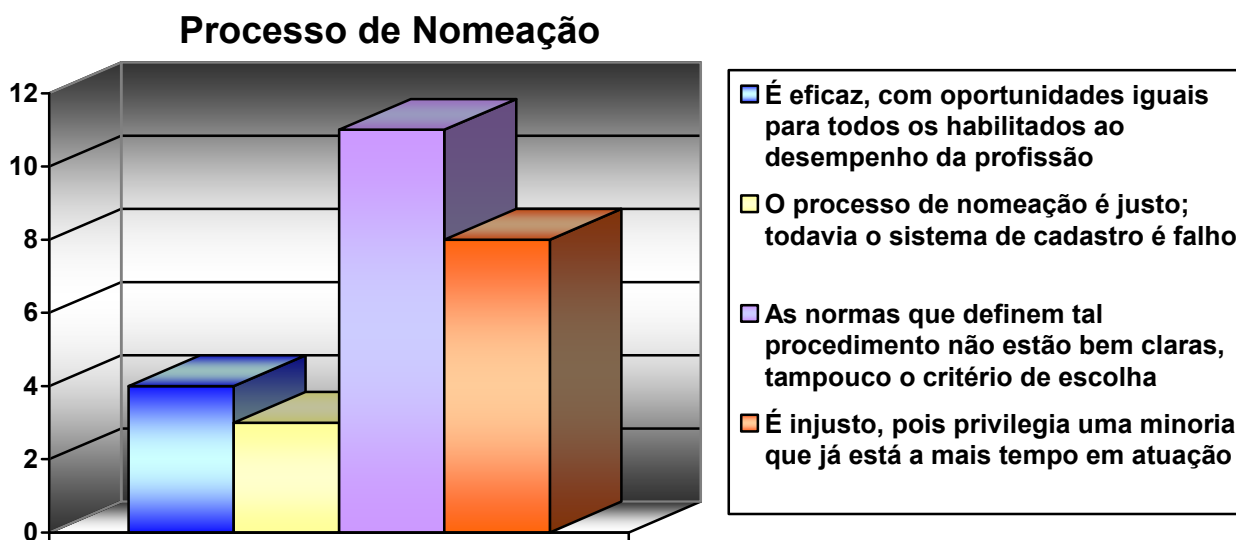
**Figura 12: Principais dificuldades enfrentadas no exercício da profissão pericial.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Esta característica vai de encontro às respostas apontadas na questão seguinte do questionário que versa sobre o processo de nomeação dos peritos no âmbito judicial. As alternativas que mais vezes foram assinaladas continham que as normas que definem tal procedimento não estão bem claras, tampouco o seu critério de escolha. Outro índice que teve forte incidência refere-se à indicação de que o processo é injusto, pois privilegia uma minoria que já está a mais tempo em atuação.

Um dos respondentes, cuja opção assinalada indica que o processo de nomeação é justo, todavia o sistema de cadastro dos profissionais é falho; apresenta como sugestão para melhores resultados a aplicação de um cadastro mais eficaz e que enriqueça seus dados para possibilitar uma nomeação mais precisa, proposta essa já apresentada por Valero (2006).

Como forma de visualizar as preferências apontadas pelos peritos, apresenta-se no gráfico da Figura 13 os itens da questão.



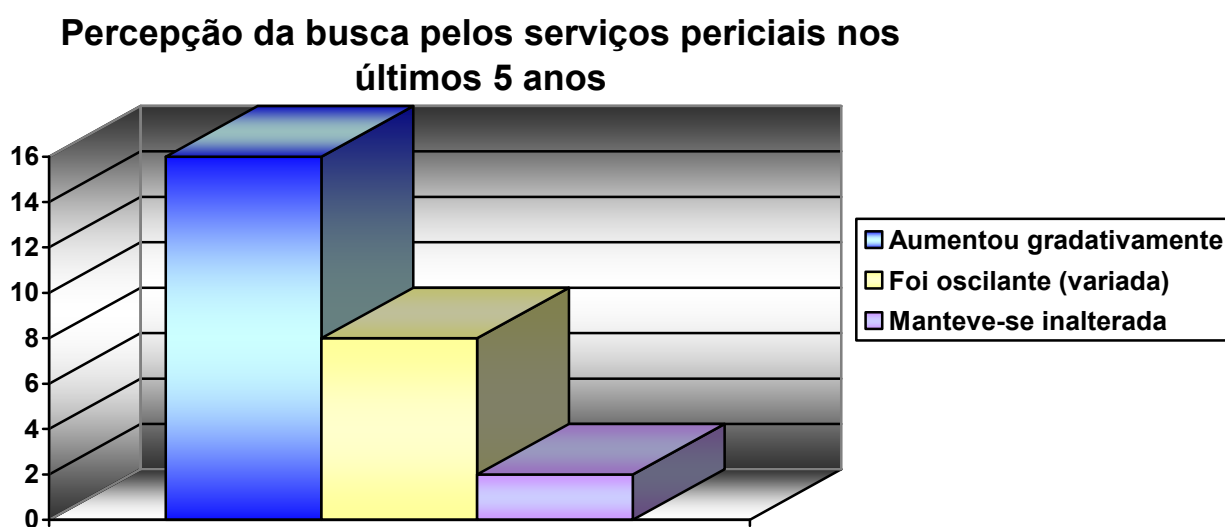
**Figura 13: Apontamentos sobre o processo de nomeação.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quando questionados sobre a percepção da busca pelos serviços periciais contábeis, ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, 61,50% (sessenta e um e meio por cento) acreditam ter aumentado gradativamente no período e, 31% (trinta e um por cento) apontaram serem oscilantes. Apenas 7,50% (sete e meio por cento) dos respondentes acreditam ter-se mantido inalterada.

Os peritos que perceberam uma ascendência na busca pelos serviços periciais estão a mais tempo em atuação, na média de 8 (oito) anos. Já os que perceberam uma forte oscilação dentre o período indicado, têm um tempo de atuação média de 5 (cinco) anos.

Salienta-se que esta variação percebida pelos profissionais atuantes delimitou-se a um período de 5 (cinco) anos e a proporção das opções assinaladas está inserida no gráfico representado pela Figura 14.



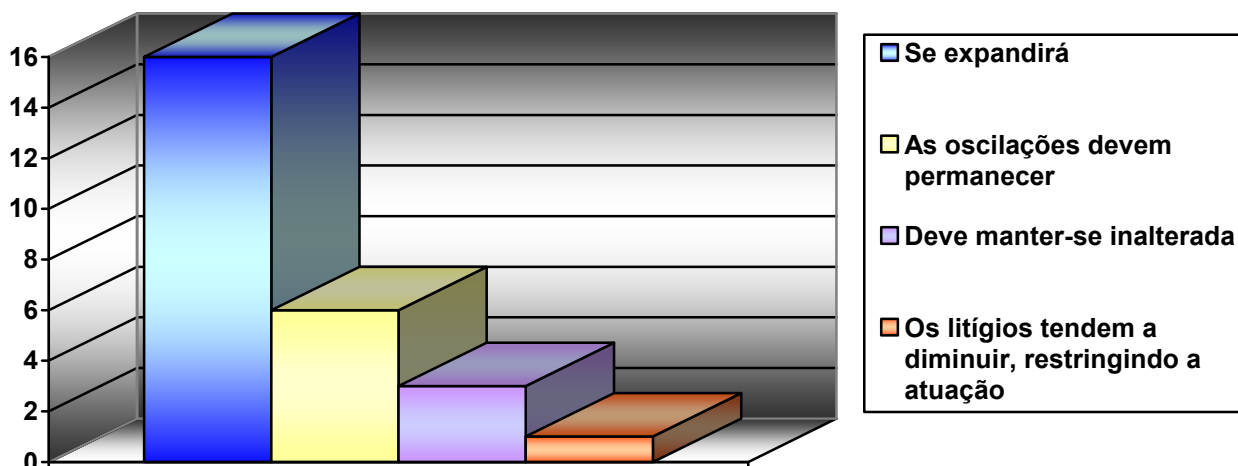
**Figura 14: Percepção da busca pelos serviços periciais nos últimos 5 (cinco) anos.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Os parâmetros ficam muito próximos quando avaliada a expectativa em relação ao futuro da atuação profissional do perito contábil. Dentre os respondentes, 61,50% (sessenta e um e meio por cento) acreditam que a procura pelos serviços periciais se expandirá e 23% (vinte e três por cento) apostam que as oscilações devem permanecer. Os parâmetros apresentados pelos colaboradores desta pesquisa seguem representados no gráfico da Figura 15.



### Expectativa em relação ao futuro da atuação profissional do perito contábil



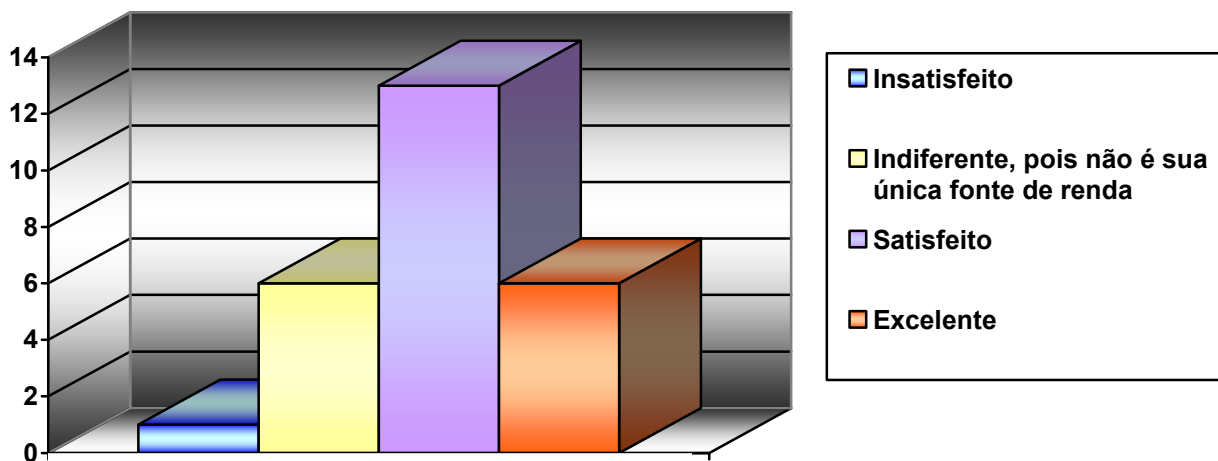
**Figura 15: Expectativa em relação ao futuro da atuação profissional do perito contábil.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

A expectativa favorável também se reflete no nível de contentamento dos profissionais que atinge a satisfação em 50% (cinquenta por cento) dos peritos e a excelência em 23% (vinte e três por cento).

Abaixo, representados no gráfico da Figura 16, observam-se os itens selecionados, dentre as opções apresentadas no questionário, pelos peritos respondentes.

### Nível de satisfação profissional



**Figura 16: Nível de satisfação profissional dos peritos.**

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Seguindo em parâmetros gerais, os colaboradores desta pesquisa sentem-se satisfeitos com o exercício das suas atividades perícias e, mesmo com a presença de algumas dificuldades, projetam uma expansão da procura por este serviço, em conformidade com o apresentado até então, uma vez que, grande parte dos respondentes percebeu um aumento gradativo nesta busca nos últimos 5 (cinco) anos.

## **4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Neste item apresentam-se as conclusões deste estudo, compostas pelas considerações finais e pelo atendimento aos objetivos específicos propostos. Na sequência, incluem-se ainda as sugestões para trabalhos futuros.

### **4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A perícia contábil está inserida em um contexto de especificações técnicas e parâmetros profissionais e éticos arraigados, que se aperfeiçoam ao longo do tempo buscando atender as exigências apresentadas pelo mercado.

A grande maioria, dentre os colaboradores desta pesquisa, concilia as atividades periciais a outro ramo de atuação, principalmente ao que se refere aos trabalhos relacionados às rotinas contábeis e a auditoria. Apresentam como justificativa para este direcionamento a outras áreas, a necessidade, por não conseguirem se manter trabalhando exclusivamente com a perícia, inclusive em decorrência da instabilidade do recebimento dos seus honorários.

Todavia, mesmo diante de ocorrências nem sempre favoráveis a sua atuação, os peritos contábeis se adéquam as necessidades que se fazem presentes e se sentem satisfeitos com o exercício das suas atividades. Acreditam ainda que a busca pelos seus serviços se expandirá, seguindo a percepção atingida nos últimos 5 (cinco) anos, com o aumento gradativo das atividades para este segmento.

O objetivo geral foi atingido, ao verificar as perspectivas profissionais que os peritos contábeis têm identificado para permanecerem no mercado de trabalho, através do desenvolvimento dos objetivos específicos propostos para este estudo e, conforme observado no Quadro 02, estes pontos possibilitaram a sua conquista.

## 4.2 ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS PROPOSTOS

Como forma de atender ao objetivo geral desta pesquisa, utilizou-se como parâmetros para alcance dos resultados, os objetivos específicos que são relacionados no Quadro 02, devidamente pautados das conclusões obtidas quando da análise dos dados oriundos das manifestações externadas pelos respondentes do questionário que possibilitou este estudo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS DA PESQUISA
<b>Apresentar o desenvolvimento da profissão de perito contador, a sua definição, o contexto em que este profissional está inserido e as especificidades para a sua atuação</b>	Ressalta-se neste item a importância do embasamento teórico para o desenvolvimento desta pesquisa e melhor entendimento da análise e de seus resultados.
<b>Identificar dados pessoais e distribuição dos profissionais por regiões do Estado</b>	Há uma predominância de homens que atuam neste segmento e a média da idade de ambos os sexos é mais elevada, se comparada com a do início da idade produtiva legalmente aceita. Destaca-se ainda o tempo médio de atuação deste profissional, em 7(sete) anos. Ambos os dados direcionam-se para características já apontadas por vários autores, tendo-se em vista as especificidades técnicas requeridas para o exercício do trabalho pericial. A própria Resolução CFC 857/1999, através da NBC P 2.1.1, inclui que o perito deve ser “profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada”, padrão que demanda tempo para ser atingido. Quanto à distribuição de peritos, os municípios que alcançam maior índice compõem o Litoral do Estado, principalmente os da Grande Florianópolis. Em contrapartida, as menores médias estão nos municípios das regiões do Planalto Norte e do Oeste do Estado, alcançando 10 (dez) peritos a menos que a região com maior destaque em concentração.
<b>Definir o perfil profissional dos peritos contábeis</b>	A participação dos profissionais com o grau de bacharel e os especialistas na área, forma a grande maioria destes atuantes, que também apresenta por característica a predominância de autônomos. A média de perícias mensais fica próxima a 9 (nove) ocorrências, mostrando a representatividade que o conjunto abrange diante de um serviço que demanda tempo significativo para a conclusão devido às especificidades técnicas que exige. Além disso, é um público que estima a educação continuada e dá preferência a participação nos cursos cujos temas direcionam-se as atividades correlacionadas à atuação pericial.

<p><b>Verificar o enquadramento ético e as influências tecnológicas, frente ao exercício da profissão</b></p>	<p>No que tange ao enquadramento ético, identificou-se domínio dos preceitos abrangidos pelo Código de Ética Profissional, assim como, a sua devida prática nas atividades decorrentes do exercício funcional.</p> <p>Pode-se verificar também a unanimidade obtida quando da confirmação dos benefícios decorrentes da informática no exercício da profissão, sendo forte a influência que os avanços tecnológicos apresentam nesta área. Ressalta-se ainda, que os profissionais encontram-se habilitados para fazer uso desses meios e que, além do cunho profissional, também utilizam como fonte de informação e de realização de cursos.</p>
<p><b>Apontar os principais entraves para a expansão da profissão</b></p>	<p>Aponta-se como principal entrave para a expansão das atividades periciais contábeis a falta de critérios específicos do processo de nomeação. Quanto a este procedimento, os dois itens mais referenciados incluem a falta de clareza das normas que o regulam e a injustiça por privilegiar uma minoria que já está a mais tempo em atuação. Em decorrência, é alto o índice de profissionais que atuam em outras áreas, por alegarem necessidade, sendo as mais citadas, as que estão relacionadas as rotinas contábeis e a auditoria.</p>
<p><b>Averiguar a evolução da demanda de mercado pela busca dos serviços periciais contábeis, o nível de satisfação e a expectativa em relação ao futuro da atuação profissional</b></p>	<p>Há uma percepção de aumento gradativo da procura pelos serviços periciais contábeis nos últimos 5 (cinco) anos, principalmente pelos profissionais que atuam a mais tempo neste segmento. Da mesma forma, essa conjuntura favorável se retrata na projeção feita para os anos seguintes, o que, de certa forma, influi para o alto índice de satisfação obtido no exercício desta atividade.</p> <p>Observa-se que mesmo apurando algumas dificuldades que coíbem o desenvolvimento desejado da profissão pericial contábil, os parâmetros favoráveis apresentados ainda são bem significativos, inclusive a perspectiva que indica a expansão desse perfil de atividade.</p>

**Quadro 02: Objetivos Específicos e Resultados da Pesquisa**

Fonte: Autor.

Com isso, a pesquisa que se direcionou para o questionamento das *perspectivas profissionais que os peritos contábeis têm identificado para permanecerem no mercado de trabalho*, demonstrou que mesmo diante de ocorrências nem sempre satisfatórias, as perspectivas de atuação desses profissionais são favoráveis. Acreditam ainda, que a busca pelos seus serviços se expandirá, seguindo a percepção atingida nos últimos 5 (cinco) anos, com o aumento gradativo das atividades para este segmento.

### **4.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

Com a finalidade de contribuir para futuros estudos e ao tema abordado, com base nos resultados obtidos, recomenda-se que prossigam as pesquisas. Neste sentido, apresentam-se como sugestões para próximos trabalhos:

- Replicar o estudo em outro Estado da Federação e verificar se as conclusões aqui apresentadas se reproduzem;
- Verificar se as expectativas assinaladas pelos peritos colaboradores desta pesquisa se confirmam com o tempo; e
- Direcionar-se para os entraves existentes para o exercício da profissão, aqui identificados e, contribuir com alternativas que busquem superá-los.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. *Perícia Contábil*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

COLAUTO, Romualdo Douglas. e BEUREN, Ilse Maria. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais. In BEUREN, Ilse Maria (org) *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 21 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. *Perfil do Contabilista Brasileiro*. Brasília: CFC, 1995/1996.

\_\_\_\_\_. *Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade: Auditoria e Perícia*. Brasília: CFC, 2003.

ENSSLIN, Leonardo e SCHNORRENBURGER, Darci. *Gerenciamento de Intangíveis: Sonho ou Realidade? – Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade*. RBC nº 147 / 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Mapa com Regiões do Estado*. Disponível em <<http://www.sc.gov.br/conteudo/images/imagopor/map1.gif>>. Acesso em: 6 de junho de 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S. e VAN BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson Alberto Zappa e PETRENCO, Solange Aparecida. *Prova Pericial Contábil: aspectos práticos e fundamentais*. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. e MARION, José Carlos. *Introdução à Contabilidade: Para o Nível de Graduação*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEI 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm)>. Acesso em: 21 de junho de 2007.

LEI 9.307, de 24 de setembro de 1996 – Dispõe sobre a Arbitragem. Disponível em: <[http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/Leis/9307\\_96.htm](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/Leis/9307_96.htm)>. Acesso em: 6 de junho de 2008.

LEI 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 21 de junho de 2007.

LEI 11.638, de 28 de dezembro de 2007 – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 22 de maio de 2008.

LISBOA, Lázaro Plácido. *Ética Geral e Profissional em Contabilidade*. FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LUCENA, Silvana Cândido de. *Uma visão de profissionais de contabilidade sobre capital intelectual*. Revista Brasileira de Contabilidade – RBC, Ano XXXVI, Nº 163, JAN / FEV 2007.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias; SOUZA, Clóvis de; FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário. *Perícia Contábil: Uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional*. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1984.

MARTINS, Orleans Silva. *A busca pela harmonização das normas internacionais de contabilidade e a convergência aos padrões IASB*. Revista Contábil & Empresarial, de 02/05/2007. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=835>>. Acesso em: 22 de maio de 2008.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. *Perícia Contábil*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PELEIAS, Ivam Ricardo e BACCI João. *Revista Administração – FECAP*, VOLUME 5, nº 3, jul/ago/set / 2004.

PLATT NETO, Orion Augusto., CRUZ, Flávio da., ENSSLIN, Sandra Rolim., ENSSLIN, Leonardo. *Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira*. Contabilidade Vista & Revista, v. 18, nº 1, p. 75-94, JAN / MAR. 2007.



RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais. In BEUREN, Ilse Maria (org) *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

RESOLUÇÃO CFC 1.021/05 – Aprova NBC T 13.2 – Planejamento da Perícia. Disponível em <<http://www.crcrs.org.br/resnormas/rescfc1021.pdf>>. Acesso em: 6 de junho de 2008.

RESOLUÇÃO CFC 1.041/05 – Aprova NBC T 13.6 – Laudo Pericial Contábil. Disponível em <<http://www.crcrs.org.br/resnormas/rescfc1041.pdf>>. Acesso em: 6 de junho de 2008.

RICARDINO, Alvaro Augusto. *Algumas limitações do ensino de auditoria nos cursos de ciências contábeis do Brasil*. Artigo publicado pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE). Disponível em: <[www.fucape.br/\\_admin/upload/centro\\_pesquisa/algumas\\_limitacoes.pdf](http://www.fucape.br/_admin/upload/centro_pesquisa/algumas_limitacoes.pdf)>. Acesso em: 27 de junho de 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. *Perícia Contábil*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. *A História Milenar da Contabilidade*. IOB – Pasta Temática Contábil e Balanços, nº 16, pg. 150, 3ª semana de abril de 1995.

SANTOS, André Ricardo Ponce dos. e PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contribuição à estrutura de sistemas de informações de controladoria estratégica*. Revista Brasileira de Contabilidade – RBC, Ano XXXVI, Nº 163, JAN / FEV 2007.

SCHMIDT, Paulo e SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de Ativos Intangíveis: Goodwill, Capital Intelectual, Marcas e Patentes, Propriedade Intelectual, Pesquisa e Desenvolvimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS – SESCON. *Tabela Referencial de Honorários (Custo Contábil 2006 / 2007)*. Disponível em: <[http://www.sincopolis.org.br/tabela\\_honorarios.pdf](http://www.sincopolis.org.br/tabela_honorarios.pdf)>. Acesso em: 10 de março de 2008.

SILVA, Marcos Aurélio da Silva. *Fundamentos da Perícia Contábil: Teoria e Prática*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.

SZUSTER, Natan., CARDOSO, Ricardo Lopes., SZUSTER, Fortunée Rechtman., SZUSTER, Fernanda Rechtman. e SZUSTER, Flávia Rechtman. *Contabilidade Geral*. São Paulo: Atlas, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

# APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA ELISA ELENA ESPINDOLA

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTUDO**

Esta pesquisa tem por intuito coletar dados para a elaboração de uma monografia, requisito para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, devidamente orientada pelo professor Dr. Pedro José von Mecheln.

Destina-se a analisar a perspectiva de atuação do profissional na área de perícia contábil, tendo como embasamento a opinião dos peritos que já estão inseridos no mercado, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRCSC).

Pretende-se identificar aspectos do perfil desses peritos, a sua capacitação acadêmica, a influência das inovações tecnológicas sobre o seu trabalho, o seu nível de satisfação profissional e a sua relação com o Código de Ética da profissão.

Deve-se assinalar apenas uma das alternativas apresentadas nas questões objetivas (de 4 a 17). Se as opções propostas não se enquadrarem ao seu perfil, utilize o espaço reservado para a sua descrição.

Para que a pesquisa seja realizada com o devido critério, solicita-se a transcrição de respostas condizentes com a realidade. Salienta-se que as informações repassadas são de cunho estritamente acadêmico e que o anonimato será mantido.

Os resultados desta análise estarão disponíveis no Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina, após a devida apresentação à banca avaliadora.

**QUESTIONÁRIO**

**1) Qual a sua idade?**

R: \_\_\_\_\_

**2) Há quanto tempo exerce a função de perito contador?**

R: \_\_\_\_\_

**3) Qual a quantidade média de perícias contábeis que costuma realizar no período de um mês?**

R: \_\_\_\_\_

**4) Nível de ensino/formação.**

a ( ) graduação.

b ( ) especialização.

c ( ) mestrado.

d ( ) doutorado.

Outro: \_\_\_\_\_

**5) Nível de capacitação em informática.**

a ( ) Não utilizo este recurso.

b ( ) Regular, com domínio das ferramentas básicas.

c ( ) Satisfatório, abrangendo o necessário para o desempenho da profissão.

d ( ) Avançado, com domínio completo dos recursos disponíveis

Outro: \_\_\_\_\_

**6) Cursos de educação continuada.**

- a ( ) Estou sempre presente quando são ofertados.
- b ( ) Gostaria que fossem ofertados com maior frequência, principalmente na área de perícia contábil.
- c ( ) Ocorrem com bastante frequência e são satisfatórios em seu conteúdo.
- d ( ) Acho importante que sejam oferecidos, todavia não os tenho freqüentado por indisponibilidade de tempo.

Outro: \_\_\_\_\_

**7) Em sua opinião, quais os efeitos da informática no exercício da profissão?**

- a ( ) Auxiliou, mas não proporcionou muitas modificações.
- b ( ) Satisfatórios, pois facilitou o trabalho.
- c ( ) Bons, pois melhorou a qualidade e reduziu o tempo para conseguir a informação.
- d ( ) Excelentes, pois dinamizou os resultados com qualidade, modernizando o processo.

Outro: \_\_\_\_\_

**8) Disponibilidade de uso da internet?**

- a ( ) Não utilizo esse recurso.
- b ( ) Uso apenas para lazer.
- c ( ) Uso para as atividades profissionais.
- d ( ) Além das atividades profissionais, aproveito para me manter informado e fazer cursos.

Outro: \_\_\_\_\_

**9) Forma de atuação profissional.**

- a ( ) Pessoa Física, atuando como autônomo.
- b ( ) Pessoa Física, vinculado a um escritório.
- c ( ) Pessoa Jurídica, em decorrência do trabalho pericial contábil.
- d ( ) Pessoa Jurídica, em decorrência de outro ramo de atuação.

Outro: \_\_\_\_\_

**10) Trabalha exclusivamente com perícia contábil?**

- a ( ) Sim, trabalho exclusivamente como perito contador.
- b ( ) Não, também trabalho na área contábil.
- c ( ) Não, também trabalho na área fiscal e / ou administrativa.
- d ( ) Não, trabalho em auditoria e perícia contábil.

Outro: \_\_\_\_\_

**11) Se respondeu “não” à questão anterior, indique os motivos para exercer outras ocupações.**

- a ( ) estabilidade
- b ( ) status
- c ( ) complemento orçamentário
- d ( ) Necessidade, por não conseguir me manter trabalhando exclusivamente com perícia contábil.

Outro: \_\_\_\_\_

**12) Dentre as listadas, qual a principal dificuldade enfrentada no exercício da profissão pericial?**

- a ( ) constantes mudanças na legislação.
- b ( ) baixa remuneração e concorrência desleal.
- c ( ) falta de critérios específicos no processo de nomeação.
- d ( ) falta de recursos para uma qualificação (atualização) permanente.

Outro: \_\_\_\_\_

**13) Quanto ao processo de nomeação:**

- a ( ) É eficaz, pois apresenta oportunidades iguais para todos os habilitados ao desempenho da profissão.
- b ( ) O processo de nomeação é justo; todavia o sistema de cadastro dos profissionais é falho.
- c ( ) As normas que definem tal procedimento não estão bem claras, tampouco o critério de escolha.
- d ( ) É injusto, pois privilegia uma minoria que já está há mais tempo em atuação.

Outro: \_\_\_\_\_

**14) A busca pelo serviço pericial contábil, ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, em sua percepção:**

- a ( ) aumentou gradativamente.
- b ( ) foi oscilante (variada).
- c ( ) manteve-se inalterada.
- d ( ) diminuiu significativamente.

Outro: \_\_\_\_\_

**15) Qual a sua expectativa em relação ao futuro da atuação profissional do perito contábil?**

- a ( ) Acredito que se expandirá.
- b ( ) As oscilações devem permanecer.
- c ( ) Deve manter-se inalterada.
- d ( ) Os litígios tendem a diminuir, restringindo a atuação.

Outro: \_\_\_\_\_

**16) Qual o seu nível de satisfação profissional?**

- a ( ) Insatisfeito.
- b ( ) Indiferente, pois não é minha única fonte de renda.
- c ( ) Satisfeito.
- d ( ) Excelente.

Outro: \_\_\_\_\_

**17) Conhecimento e prática do Código de Ética Profissional.**

- a ( ) Tenho conhecimento do seu conteúdo e o pratico.
- b ( ) Tenho conhecimento do seu conteúdo, mas discordo de suas normas.
- c ( ) Tenho consciência de sua existência, mas não o li.
- d ( ) Desconheço a sua existência.

Outro: \_\_\_\_\_

**Muito obrigada pela sua participação!**